



Plano Municipal Para a Igualdade de Género de Odemira



---

PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO DE ODEMIRA  
- 2016/2020 -



INTRODUÇÃO .....	11
PARTE I CARATERIZAÇÃO GERAL DO CONCELHO .....	15
1.1 TERRITÓRIO .....	15
1.2 DEMOGRAFIA .....	17
1.3 ATIVIDADE ECONÓMICA .....	21
1.4 INDICADORES SOCIAIS .....	26
1.5 A IGUALDADE DE GÉNERO E A VIOLENCIA DOMÉSTICA .....	36
1.5.1 DIAGNÓSTICO .....	36
1.5.2 MAPEAMENTO DOS RECURSOS EXISTENTES .....	40
PARTE II CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA .....	45
1.1 ENQUADRAMENTO .....	45
1.2 NECESSIDADES E CONSTRANGIMENTOS .....	48
1.3 RECURSOS EXISTENTES E POTENCIALIDADES .....	48
PARTE III DO PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO DE ODEMIRA .....	50
1.1 VISÃO .....	50
1.2 OBJETIVO GERAL .....	50
1.3 OBJETIVOS ESPECIFICOS .....	50
1.4 ESTRATÉGIA .....	50
1.5 DIMENSÃO OPERACIONAL .....	51
1.6 AVALIAÇÃO E MONOTORIZAÇÃO .....	54
BIBLIOGRAFIA .....	55
WEBGRAFIA .....	55

# INDÍCE DE FIGURAS

FIGURA 1	Freguesias do concelho de Odemira .....	15
FIGURA 2	Distância (km), percurso de automóvel, entre as sedes de freguesia e a sede do concelho de Odemira .....	16
FIGURA 3	Distância (min.), percurso de automóvel, entre as sedes de freguesia e a sede do concelho de Odemira .....	16
FIGURA 4	Evolução da população residente (indivíduo) segundo os censos, 1950/2011 .....	17
FIGURA 5	Evolução da população por freguesias de Odemira segundo os censos, entre 1991 e 2011 (%) .....	18
FIGURA 6	Densidade populacional (indivíduos/Km2) por freguesias de Odemira segundo os censos 2011 .....	18
FIGURA 7	Índice de envelhecimento 2011 .....	19
FIGURA 8	Evolução do índice de envelhecimento .....	19
FIGURA 9	Índice de Envelhecimento por freguesias de Odemira, 2011 .....	20
FIGURA 10	População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, 2013 .....	20
FIGURA 11	Evolução da pop. estrangeira com estatuto legal de residente em % da pop. residente, 2008-2013 .....	20
FIGURA 12	População empregada segundo os censos por setor de atividade económica: Primário (%) .....	22
FIGURA 13	População empregada segundo os censos por setor de atividade económica: Secundário (%) .....	22
FIGURA 14	População empregada segundo os censos por setor de atividade económica: Terciário (%) .....	22
FIGURA 15	Taxa de atividade segundo os censos, 2011 .....	23
FIGURA 16	Evolução da taxa de atividade segundo os censos, 2001-2011 .....	23
FIGURA 17	Ganho médio mensal (€) dos/as trabalhadores/as por conta de outrem, 2012 .....	24
FIGURA 18	Ganho médio mensal dos trabalhadores/as por conta de outrem, 2012: agricult, prod. animal, caça, silv. e pesca .....	24
FIGURA 19	Ganho médio mensal (€) dos trabalhadores/as por conta de outrem: por nível de escolaridade, 2012, Odemira ....	24
FIGURA 20	Ganho médio mensal (€) dos trabalhadores/as por conta de outrem: por nível de qualificação, Odemira, 2012 .....	24
FIGURA 21	Poder de compra per capita , 2011 .....	25
FIGURA 22	Evolução do poder de compra per capita entre 1993 e 2011 .....	25
FIGURA 23	Taxa de desemprego segundo os censos, 2011 (%) .....	26
FIGURA 24	Taxa de desemprego em Odemira segundo os censos por grupo etário (%) .....	26
FIGURA 25	Taxa de desemprego nas freguesias do concelho de Odemira: inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional em Agosto de 2015 .....	26
FIGURA 26	Evolução do número de inscritos no IEFP residentes no concelho de Odemira: à procura de 1º emprego e à procura de novo emprego .....	27
FIGURA 27	Beneficiários/as do RMG e RSI da Segurança Social no total da população residente, com 15 e mais anos, 2013 (%) .....	27
FIGURA 28	Beneficiários/as das prestações de desemprego da Segurança Social (inclui social desemprego) no total da população residente, com 15 e mais anos, 2013 (%) .....	27
FIGURA 29	Beneficiários/as das Prestações de Complemento Solidário para Idosos, no total da população com mais de 65 anos, 2013 (%) .....	28

FIGURA 30	Beneficiários/as (Indivíduos) das Prestações de Complemento Solidário para Idosos do concelho de Odemira, por escalão etário, 2013 .....	28
FIGURA 31	Mapa da rede de equipamentos de ação social no concelho de Odemira, 2014 .....	28
FIGURA 32	Óbitos de residentes (indivíduos por 10.000 habitantes) por tipo de doença, 2013 .....	29
FIGURA 33	Óbitos de residentes (indivíduos por 10.000 habitantes) por suicídio, 2013 .....	29
FIGURA 34	Número de habitantes por médico .....	30
FIGURA 35	Evolução do número de habitantes por médico, 2001-2014 .....	30
FIGURA 36	Orgânica dos Serviços de Saúde de Odemira .....	31
FIGURA 37	População residente com 15 e mais anos sem nível de escolaridade segundo os censos, 2011 (%) .....	32
FIGURA 38	Evolução da população residente com 15 e mais anos sem nível de escolaridade segundo os censos, 2001-2011 (%) .....	32
FIGURA 39	População residente com 15 e mais anos com o ensino médio e superior segundo os censos, 2011 (%) .....	33
FIGURA 40	Evolução da população residente com 15 e mais anos com o ensino médio e superior segundo os censos, 2001-2011 (%) .....	33
FIGURA 41	Taxa média de escolarização da população, 2011 .....	33
FIGURA 42	Evolução da taxa média de escolarização da população em Odemira, 1991/2001/2011 .....	33
FIGURA 43	Taxa de retenção e desistência por nível de educação em Odemira, 2012-2013 (%) .....	34
FIGURA 44	Evolução da taxa de retenção e desistência por nível de educação em Odemira, 2004-2005/2012-2013 (%) .....	34
FIGURA 45	Taxa de abandono precoce escolar, 2011 (%) .....	35
FIGURA 46	Evolução da taxa de abandono precoce escolar em Odemira, 1991/2001/2011 (%) .....	35
FIGURA 47	Evolução dos alunos/as matriculados/as nos diferentes níveis de ensino em Odemira .....	35
FIGURA 48	Ganho médio mensal dos trabalhadores/as por conta de outrem, 2012: diferença entre sexo masculino e feminino em Odemira (€) .....	36
FIGURA 49	Ganho médio mensal dos trabalhadores/as por conta de outrem, 2012: diferença entre sexo masculino e feminino (%) .....	36
FIGURA 50	Taxa de atividade por sexo, no concelho de Odemira, segundo os censos 2011 (%) .....	36
FIGURA 51	Taxa de atividade no sexo feminino, segundo os censos 2011 (%) .....	36
FIGURA 52	Evolução da taxa de atividade no sexo feminino, segundo os censos, 2001-2011 (%) .....	37
FIGURA 53	Taxa de desemprego, segundo os censos 2011: por sexo (%) .....	37
FIGURA 54	Taxa de desemprego, segundo os censos 2011: diferença entre sexo feminino e masculino (%) .....	37
FIGURA 55	População residente do sexo feminino, por nível de escolaridade, em % do total da população por nível de escolaridade completo mais elevado, segundo os Censos 2011 .....	38
FIGURA 56	Evolução da população residente do sexo feminino, por nível de escolaridade, em % do total da população por nível de escolaridade completo mais elevado, segundo os Censos 2001-2011 .....	38
FIGURA 57	Participação das mulheres nas listas às eleições autárquicas de Odemira, 2013 (%) .....	38
FIGURA 58	Participação das mulheres nas listas às eleições autárquicas de Odemira, por órgão, 2013 (%) .....	39

---

FIGURA 59 Participação das mulheres nos órgãos sociais das associações do concelho de Odemira, 2016 (%) .....	39
FIGURA 60 Principais Problemáticas sinalizadas pela CPCJ em 2015 .....	40
FIGURA 61 Habilitações segundo o sexo .....	46



# INDÍCE DE TABELAS

TABELA 1	Distância (minutos) entre os aglomerados populacionais do concelho de Odemira e a sede do concelho .....	16
TABELA 2	Média e mediana da distância (minutos) entre os aglomerados populacionais do concelho de Odemira e a sede do concelho .....	16
TABELA 3	Extensões de saúde no concelho de Odemira .....	32
TABELA 4	Total de trabalhadores segundo o sexo .....	45
TABELA 5	Número de trabalhadores por categoria e por sexo .....	45
TABELA 6	Médias de antiguidade por género .....	46
TABELA 7	Número de trabalhadores por nível de escolaridade, segundo o sexo .....	46
TABELA 8	Contagem dos dias de ausência ao trabalho durante o ano por cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género .....	47



## INTRODUÇÃO

O Plano Municipal para a Igualdade de Género no Concelho de Odemira (PMiGO), surge da necessidade do Município de Odemira e dos parceiros/as da Rede Social de Odemira pretenderem contribuir para a eliminação das desigualdades de género, não discriminação em função do sexo e para a erradicação da violência de género no concelho.

A versão inicial do PMiGO (preliminar) nasceu em 2014, no âmbito da candidatura do Município de Odemira à tipologia 7.2 – Planos para a Igualdade do POPH/QREN, com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género como organismo de gestão e sob a sua égide decorreram diversas atividades que mobilizaram os parceiros da Rede Social, em torno da realidade da Igualdade de Género. Desde lá e até então, fruto de novos normativos e orientações estratégicas, políticas nacionais criadas e do surgimento de novas estruturas no âmbito desta matéria, sentiu necessidade o Município de Odemira em articulação com a Rede Local de Intervenção para a Igualdade promover a sua revisão e aprovação.

A preconização da igualdade de género surge como resposta à perda dos valores democráticos decorrentes das situações de desigualdade, discriminação e violência de género. Importa erradicar estes problemas, com consideráveis e diferentes impactos sociais, sejam eles profissionais, familiares, comunitários ou económicos. Nesta perspetiva de análise, este é um documento de uma Rede Social implicada neste processo conjunto de mudança de mentalidades e com um espectro de atuação que ultrapassa largamente o âmbito das competências e atribuições do Município de Odemira, não se imiscuindo deles enquanto entidade empregadora pública e definidora de políticas no território, pelo que decorre o compromisso em considerar a igualdade de género em todos os aspetos da tomada de decisão política e pública.

De entre vários documentos basilares e estratégicos de alcance internacional nos quais o PMiGO se revê, merece referência:

- o **Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2011-2020)** que pretende reforçar “a governação através da integração da perspetiva de género em todas as áreas políticas, incluindo nas ações externas da UE, tendo igualmente em conta o papel crucial dos homens e dos rapazes na promoção da igualdade entre homens e mulheres, e assegurando que os efeitos dessa igualdade sejam tidos em conta nas avaliações de impacto das novas políticas da União Europeia. O Conselho encoraja os Estados-Membros e a Comissão, em especial através do Eurostat, a continuar a desenvolver as estatísticas e indicadores existentes diferenciados por sexo e a utilizar plenamente as capacidades do Instituto Europeu para a Igualdade de Género.” Destaca-se também a **“Estratégia da Comissão Europeia para a igualdade entre homens e mulheres 2010-2015 ”**, programa de trabalho da Comissão no domínio da igualdade entre homens e mulheres, tendo igualmente como objetivo promover progressos a nível nacional e proporcionar uma base para a cooperação com as outras instituições europeias e com as partes interessadas.”

- a concordância com o Artigo 23.º Igualdade entre homens e mulheres da **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia**, que nos refere que “Deve ser garantida a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo em matéria de emprego, trabalho e remuneração. O princípio da igualdade não obsta a que se mantenham ou adotem medidas que prevejam regalias específicas a favor do sexo sub-representado.”

- a **Carta Europeia para a Igualdade da Mulheres e dos Homens na Vida Local**, documento elaborado pelo Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CMRE) em colaboração com as respetivas associações membro, com o objetivo de promover a implementação das políticas de igualdade dos sexos ao nível local e regional. Desde o seu lançamento, a Carta tem vindo a difundir-se gradualmente pela Europa e conta com signatários de 32 países e convida as coletividades locais a fazerem uso dos seus poderes e parcerias em prol de uma maior igualdade para todas e todos.

Também a nível nacional têm vindo a surgir, nos últimos anos, diversos instrumentos legislativos para o enquadramento do tema e definição de Estratégias Nacionais em que o PMiGO se inspirou:

- **V Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017.**

Sendo tarefa fundamental do Estado promover a igualdade entre os homens e as mulheres, conforme preconiza a Constituição da República Portuguesa e princípio estruturante do Estado de Direito Democrático, o V Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017 assume como objetivo geral promover a igualdade entre mulheres e homens e a não discriminação em função do sexo ou da orientação sexual.

A implementação do PMIGO concorre para os objetivos do Plano Nacional e orienta a sua ação para responder a algumas das suas áreas estratégicas do mesmo:

### **Área estratégica 1 - Integração da perspetiva da igualdade de género na Administração Pública Central e Local:**

- A territorialização da dimensão da igualdade de género nas diferentes áreas de política da administração local, consubstanciada através de **Planos Municipais para a Igualdade**, constituído um dos domínios centrais da cooperação entre a administração central e as autarquias locais.

São objetivos estratégicos nesta área:

- a) Garantir a centralidade das políticas para a igualdade de género na estrutura da governação;
- b) Promover a transversalidade das políticas para a igualdade em todas as outras políticas;
- c) Capacitar os agentes da administração pública central e local, através de formação inicial e contínua;
- d) Recolher e tratar dados estatísticos, desagregados por sexo, e assegurar a sua disseminação regular;
- e) Reforçar a cooperação com as autarquias.

### **Área estratégica 2 – Promoção da Igualdade entre mulheres e homens nas políticas públicas:**

São privilegiadas ações na área da educação enquanto pilar das políticas para a igualdade, bem como na área da saúde se preconiza o reforço da sensibilização e da formação de profissionais. Também a atividade desportiva e o desenvolvimento de medidas dirigidas à juventude se deve constituir como uma aposta de elevado valor estratégico para a construção de uma sociedade pluralista, participativa e igualitária. Nesta perspetiva, são objetivos estratégicos:

- a) Contribuir para a compreensão da exclusão social e da desigualdade de género enquanto fenómenos intercomunicantes;
- b) Sensibilizar os diferentes profissionais que trabalham no domínio da inclusão social e junto de populações vulneráveis, para a integração da dimensão de género nas suas práticas;
- c) Promover competências de base necessárias à construção e desenvolvimento de projetos de vida inclusivos junto de grupos específicos de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, designadamente mulheres rurais, mulheres imigrantes e mulheres idosas;
- d) Contribuir para a prevenção dos múltiplos fatores que estão na origem da condição de maior vulnerabilidade da população idosa em vários domínios;
- e) Integrar a dimensão da igualdade de género nas políticas do ambiente, ordenamento do território e energia.

O presente documento tem ainda presente as orientações preconizadas nas seguintes áreas:

**Área estratégica 3 – Independência económica, mercado de trabalho e organização da vida profissional, familiar e pessoal** como pré-requisitos essenciais à consolidação da igualdade entre homens e mulheres.

**Área estratégica 4 – Organizações não-governamentais**, reconhecendo o seu papel na implementação de políticas promotoras da igualdade e da não-discriminação reforçando o seu papel enquanto parceiros primordiais com que urge promover a cooperação.

Ainda a nível nacional, o presente PMIGO reporta-se ainda ao **Quadro de Referência das Conselheiras e dos Conselheiros Locais para a Igualdade**, cuja atribuição é a de acompanhar e dinamizar a implementação das políticas locais para a cidadania e igualdade de género.

Tendo por base estes referenciais e considerando:

- a igualdade entre mulheres e homens como um objetivo social em si mesmo;
- a igualdade de género como princípio basilar de justiça social;
- a igualdade de género como um valor que deve ser garantido a homens e mulheres em todos os domínios da vida social;
- que uma vivência plena em cidadania, obedece ao respeito do princípio de igualdade entre homens e mulheres;
- que a igualdade entre homens e mulheres é um pressuposto de uma sociedade moderna;
- a preocupação do Município de Odemira e dos parceiros da Rede Social em contribuir para a eliminação das desigualdades de género e erradicação da violência no concelho de Odemira:

**Plano Municipal para a Igualdade de Género no Concelho de Odemira pretende ser um exercício de reflexão contínuo e norteador da ação sobre esta temática, na Autarquia e no concelho de Odemira, bem como um instrumento que invoca a determinação e o comprometimento de todas e todos os atores políticos e sociais nesta causa.**

Tendo em vista um processo de real intervenção, considerou-se metodologicamente adequado efetuar um diagnóstico da realidade atual, tendo em conta as necessidades e potencialidades do território. Adicionalmente, entendeu-se levar a cabo um levantamento da realidade existente no concelho em termos de igualdade de género que, após análise, se constituirá como um diagnóstico enriquecedor e impulsionador do próprio plano. Este levantamento e nesta dupla perspetiva, procura reunir um substancial leque de informações, quer ao nível da Autarquia, quer ao nível do Concelho de Odemira a que se explicitará a dimensão estratégica e operacional do PMIGO.

Ainda na conceção deste documento foram considerados os princípios enunciados no Plano de Desenvolvimento Social (PDS), enquanto documento norteador da Rede Social de Odemira. Na realidade, este é o instrumento que define, de forma conjunta e negociada, as principais medidas que visam concretizar as prioridades estratégicas fundamentais para a promoção do desenvolvimento social local. O PDS em vigor foi aprovado em fevereiro de 2016 e tem um horizonte temporal de cinco anos (2016-2020). Congrega o conteúdo programático de diferentes áreas temáticas ou setoriais, que vão desde a intervenção com idosos/as, imigrantes, famílias e crianças ou jovens, até aos domínios da saúde, da ação social, da educação, da promoção do emprego e empreendedorismo, mas também a igualdade de género, tida como matéria transversal a todos os domínios de intervenção. Sem prejuízo e de forma mais explícita, na prioridade 4, foi definido o objetivo geral “Promover a igualdade de género e o combate à violência doméstica” que prevê como eixos de suporte o Plano Municipal para a Igualdade e o Gabinete de Apoio à Vítima e ao Agressor/a e o desenvolvimento de ações de formação/sensibilização dirigidas a públicos estratégicos e à população em geral sobre a temática da igualdade de género e da violência doméstica.



## 1.1 TERRITÓRIO

“Odemira, Alentejo Singular” é o mote de uma campanha publicitária que o Município de Odemira promoveu e que bem elucida da particularidade, expressa na riqueza e na diversidade que constitui este concelho.

O concelho de Odemira localiza-se no sudoeste de Portugal. É limitado a oeste pelo Oceano Atlântico, a sul pelo Algarve (concelhos de Aljezur, Monchique e Silves) e a norte e Oeste pelos concelhos de Sines, Santiago do Cacém (Alentejo Litoral) e Ourique (Baixo Alentejo). Administrativamente, o concelho pertence ao distrito de Beja e está integrado na sub-região do Alentejo Litoral (NUTS 3) - região Alentejo (NUTS 2).

Odemira é o maior concelho português em extensão territorial, com 1720,6 km<sup>2</sup>. Com 55 km de costa marítima, ocupa boa parte da bacia hidrográfica do Rio Mira.

No litoral situam-se os principais aglomerados urbanos com vocação turística: Vila Nova de Milfontes, Almogrove e Zambujeira do Mar. Estas localidades congregam a grande maioria da oferta turística do concelho e caracterizaram-se por um crescimento urbano expressivo nas últimas décadas.

É também no litoral que ocorre o grosso da produção pecuária (fundamentalmente a produção de bovinos) e o fundamental da produção agrícola do território, designadamente a horticultura, fruticultura e floricultura intensiva. Toda esta área beneficia da infraestrutura de rega do Mira e de um micro clima propício à realização deste tipo de culturas agrícolas.

A faixa central, recortando o concelho de sul para norte, faz a transição orográfica entre a charneca, dominante na faixa litoral, e a serra, dominante na faixa interior. Neste espaço encontramos alguns dos principais aglomerados urbanos do concelho, tais como S. Teotónio, Boavista dos Pinheiros, Odemira e S. Luís. Esta faixa central corresponde ao espaço dos serviços públicos, de algumas das principais unidades comerciais e dos principais parques de fixação de empresas.

A faixa interior do concelho, marcada por uma orografia bastante acidentada, é palco para a maior mancha florestal do país, seja ela autóctone (sobreiro e azinheira), seja de crescimento rápido (como o eucalipto).

Atualmente existem 13 freguesias: Boavista dos Pinheiros, Colos, Longueira/Almogrove, Luzianes-Gare, Relíquias, Sabóia, Santa Clara-a-Velha, São Luís, São Martinho das Amoreiras, São Salvador/Santa Maria, São Teotónio, Vale de Santiago e Vila Nova de Milfontes. A reorganização administrativa determinada pela Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, agregou as freguesias da sede do concelho (São Salvador e Santa Maria), de São Teotónio com Zambujeira do Mar, de Santa Clara-a-Velha com Pereira Gare e de Vale de Santiago com Bicos.



Figura 1 - Freguesias do concelho de Odemira

Fonte: Município de Odemira

A enorme dimensão do território e a sua dispersão populacional, assumem-se como traços distintivos do concelho de Odemira. As 13 freguesias congregam um total de 137 aglomerados populacionais.

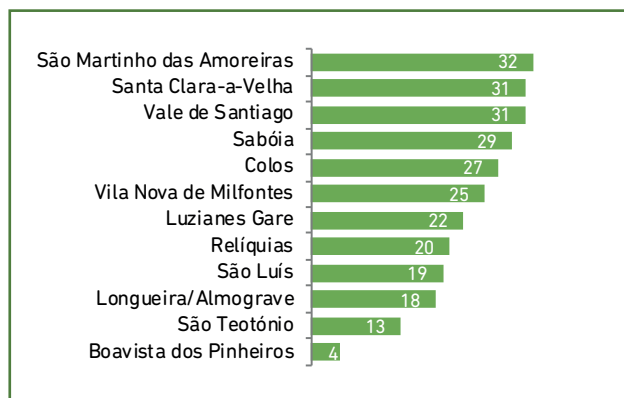


Figura 2 - Distância (km), percurso de automóvel, entre as sedes de freguesia e a sede do concelho de Odemira

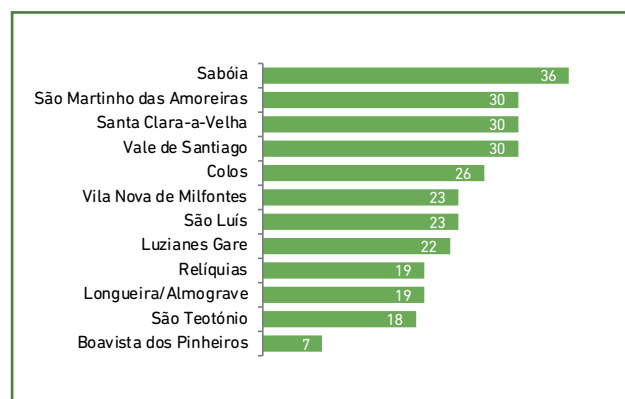


Figura 3 - Distância (min.), percurso de automóvel, entre as sedes de freguesia e a sede do concelho de Odemira

Fonte: Google Maps (Junho 2015) – Diagnóstico Social de Odemira (2015)

As figuras 2 e 3 indicam as longas distâncias que é necessário percorrer entre as sedes de freguesia e a sede do concelho. Dois terços das sedes das freguesias distam 20 ou mais quilómetros da sede do concelho e três das sedes das freguesias (São Martinho das Amoreiras, Santa Clara-a-Velha e Vale de Santiago) estão a mais de 30 quilómetros. Em um terço das sedes das freguesias, o tempo de viagem é igual ou superior a 30 minutos e apenas uma freguesia (Boavista dos Pinheiros) tem um tempo de viagem inferior a 15 minutos. A extensão e orografia do território e as características e traçado das vias de acesso tornam demoradas as deslocações no concelho de Odemira.

Se na análise das distâncias considerarmos também outros aglomerados que não apenas os correspondentes às sedes de freguesia, constatamos que para os cidadãos/ãs que vivem nesses aglomerados, essas distâncias são ainda maiores. A tabela 1 indica-nos que 23 aglomerados populacionais do concelho de Odemira distam a 40 minutos ou mais da sede do concelho e 49 (35,8%) encontram-se a 30 minutos ou mais.

Distância (minutos)	Nº de aglomerado	%
0-9	9	6,6
10-19	25	18,2
20-29	54	39,4
30-39	26	19,0
40 e +	23	16,8
Total	137	100

Tabela 1 - Distância (minutos) entre os aglomerados populacionais do concelho de Odemira e a sede do concelho

Medidas	Distância (minutos)
Média	26
Mediana	25
	75%
	33

Tabela 2 - Média e mediana da distância (minutos) entre os aglomerados populacionais do concelho de Odemira e a sede do concelho

Fonte: Google Maps (Junho 2015) – Diagnóstico Social de Odemira (2015)



No contexto sub-regional é evidente o carácter periférico do concelho de Odemira. A sua localização geográfica e as características da rede viária e de transportes, representam um constrangimento considerável na mobilidade e no acesso da população aos principais centros urbanos regionais e nacionais.

Se atentarmos a distância de carro relativamente ao hospital de referência- Hospital do Alentejo Litoral, verificamos que a sede do concelho de Odemira está a mais de uma hora e que 81 aglomerados populacionais distam mais de uma hora de percurso (sendo que 13 estão a mais de uma hora e meia).

A dimensão da região e o modelo de povoamento existente têm contribuído para uma exiguidade da rede e dos serviços de transporte público e coletivo, criando uma quase exclusiva dependência do transporte rodoviário individual.

## 1.2 DEMOGRAFIA

Em 2011 residiam no concelho de Odemira 26066 habitantes (figura 4). Nos últimos 60 anos, é sobretudo entre 1960 e 1991 que se regista o maior decréscimo na população (-40%). Nas últimas duas décadas (1991/2011), nota-se uma tendência de estabilização da população residente, com uma diminuição muito pouco acentuada (-1,2%). Neste período, o Alentejo Litoral apresenta o mesmo valor que Odemira, enquanto o Baixo Alentejo perde 11,6% da população residente (Fonte: INE).

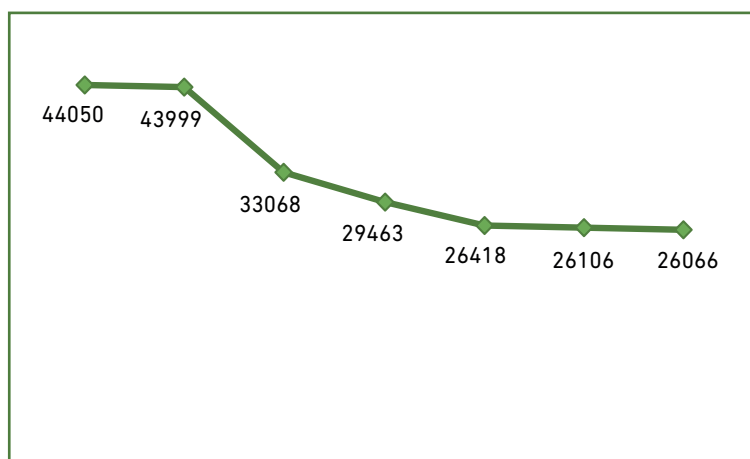


Figura 4- Evolução da população residente (indivíduo) segundo os censos, 1950/2011

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A figura 5 permite-nos identificar duas realidades muito distintas: as freguesias do litoral e da sede do concelho aumentaram a população e conseguiram atenuar a significativa diminuição da população das freguesias do interior do concelho.

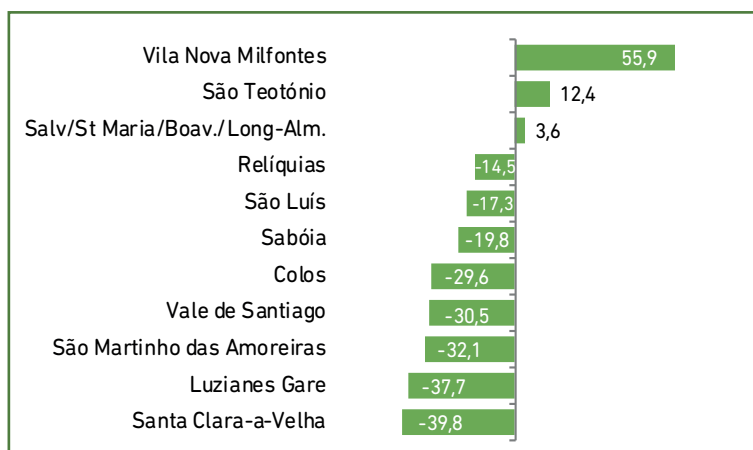


Figura 5 - Evolução da população por freguesias de Odemira segundo os censos, entre 1991 e 2011 (%)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A freguesia de Vila Nova de Milfontes destaca-se largamente de todas as outras, com um crescimento populacional de 55,9% entre 1991 e 2011. A freguesia de São Teotónio, embora com um crescimento positivo, fica aquém do registo da primeira, com 14,5%. No pólo oposto, encontramos as freguesias de Santa Clara-a-Velha (-39,8%), Luzianes Gare (-37,7%), São Martinho das Amoreiras (-32,1%), Vale de Santiago (-30,5%) e Colos (-29,6%).

Se analisarmos a densidade populacional por freguesia (figura 6), constatamos que apenas duas freguesias apresentam valores significativamente superiores à média do concelho: Vila Nova de Milfontes com 65,8 e Boavista dos Pinheiros 43,1. No lado contrário encontramos todas as freguesias do interior com um valor inferior a 10 habitantes por Km<sup>2</sup>. Luzianes-Gare com 4,5 e Santa Clara-a-Velha com 5,3, são as freguesias com menor densidade populacional no concelho.

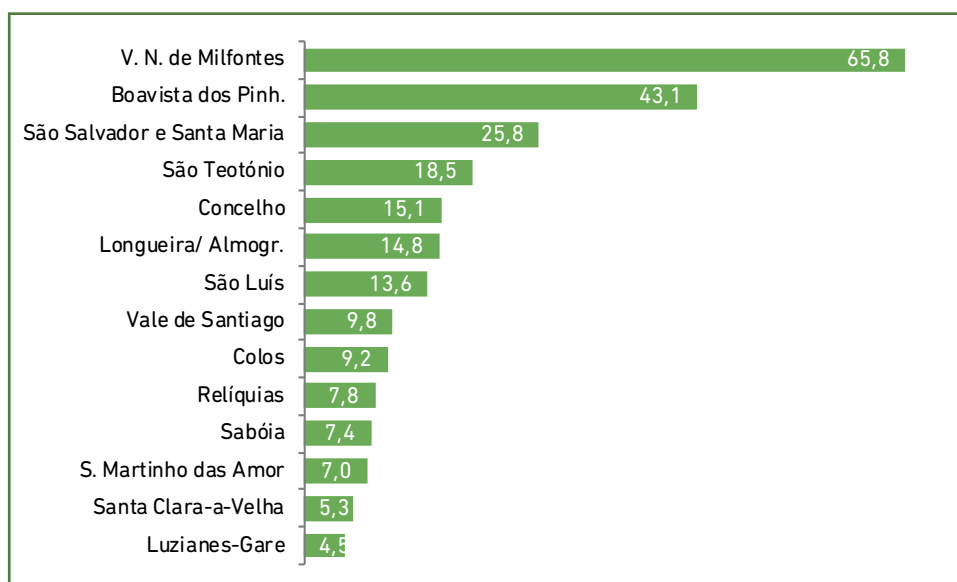


Figura 6 - Densidade populacional (indivíduos/Km<sup>2</sup>) por freguesias de Odemira segundo os censos 2011

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Odemira apresenta o índice de envelhecimento mais elevado do Alentejo Litoral (figura 7). Por cada indivíduo com menos de 15 anos, existem 2,16 com 65 e mais anos. O valor de Odemira é substancialmente superior ao valor da média nacional (127,8). Apenas Sines regista um valor inferior a Portugal (121,1). Todos os outros concelhos têm valores próximos de 200.

Odemira não foi, todavia, o concelho que entre 2001 e 2011 registou maior crescimento no índice de envelhecimento (figura 8). Santiago do Cacém apresenta um valor de 34,2 face a 23,4 de Odemira. Grândola, pelo contrário, assinalou um crescimento de apenas 6,5.

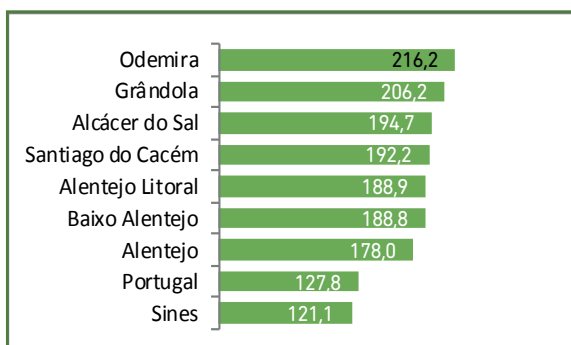


Figura 7 - Índice de envelhecimento<sup>1</sup> 2011

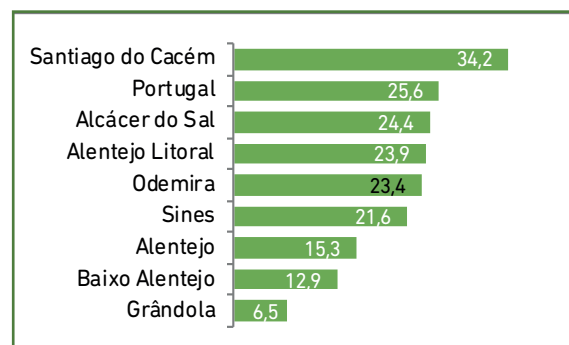


Figura 8: Evolução do índice de envelhecimento 2001-2011

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

É nas freguesias do interior que o índice de envelhecimento é superior (figura 9). Em Sabóia existem mais de 5 pessoas com 65 ou mais anos por cada indivíduo com menos de 15 anos. Em São Martinho das Amoreiras essa relação é de aproximadamente 5 para 1. Nas restantes freguesias do interior, o índice de envelhecimento situa-se entre os 341,2 (Vale de Santiago) e os 386,4 (Relíquias).

<sup>1</sup> O índice de envelhecimento é o número de pessoas com mais de 65 anos e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens (Fonte: Pordata).

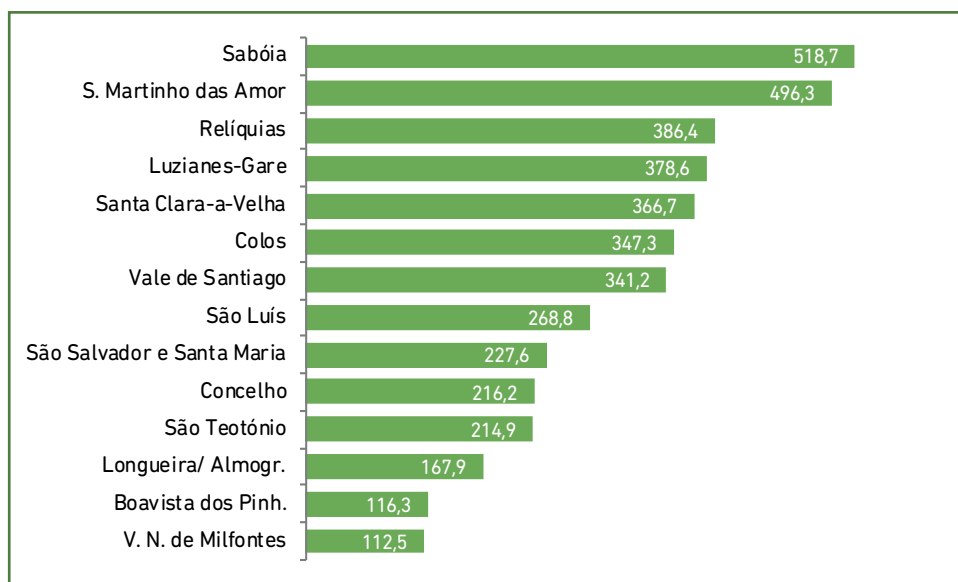


Figura 9 - Índice de Envelhecimento por freguesias de Odemira, 2011

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Nas freguesias do litoral, o índice de envelhecimento é mais reduzido. Neste particular merecem destaque as freguesias de Boavista dos Pinheiros (116,3) e de Vila Nova de Milfontes (112,5), com metade do índice do concelho e valores inferiores à média nacional (127,8).

Em 2013, 12,4% da população residente do concelho de Odemira era estrangeira com estatuto legal de residente (figura 10). Trata-se de um valor significativamente superior a Portugal (3,8%), ao Baixo Alentejo (2,9%) e à generalidade dos concelhos do Alentejo Litoral (com exceção de Sines - 8,1%).

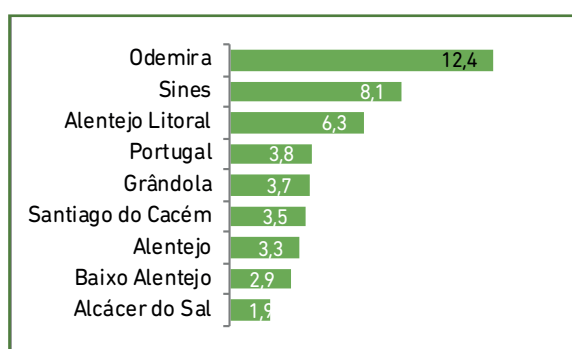


Figura 10 - População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, 2013

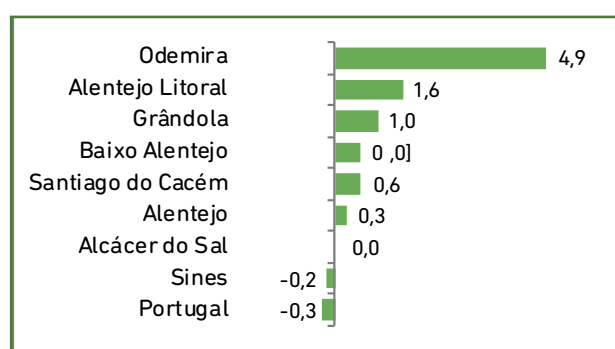


Figura 11 - Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, 2008-2013

Fontes/Entidades: INE | SEF/MAI, PORDATA

Entre 2008 e 2013 (figura 11), ao contrário da tendência nacional (-0,3%), em Odemira a população estrangeira com estatuto legal de residente cresceu fortemente – de 7,5% para 12,4%. Sines registou neste período um decréscimo. Esta tendência muito particular está fundamentalmente associada ao crescimento expressivo da atividade agrícola intensiva no litoral do concelho.

## 1.3 ATIVIDADE ECONÓMICA

No concelho de Odemira, no período de 2004-2012, o valor acrescentado bruto registou, embora com algumas flutuações, uma variação positiva de 20,9%. Na realidade o valor mais elevado ocorreu em 2007, com 99.341.641 €, mantendo valores próximos deste nos anos 2008, 2010 e 2011.

O setor primário foi o que registou uma evolução positiva mais assinalável, com uma variação de 58,7%. Reflete o crescente investimento que nos últimos anos se concretizou na agricultura intensiva do litoral do concelho. O setor secundário teve numa primeira fase um acréscimo, que atingiu o auge em 2008, para numa segunda fase decrescer e obter, em 2012, um valor semelhante ao ano de 2004. O setor terciário conheceu uma ligeira variação positiva de 4,65 %. Também neste setor foi a meio do período de referência (2008) que foi registado o valor mais elevado.

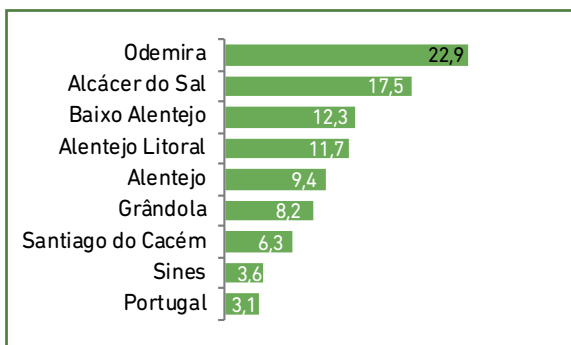


Figura 12 - População empregada segundo os censos por setor de atividade económica: Primário (%)

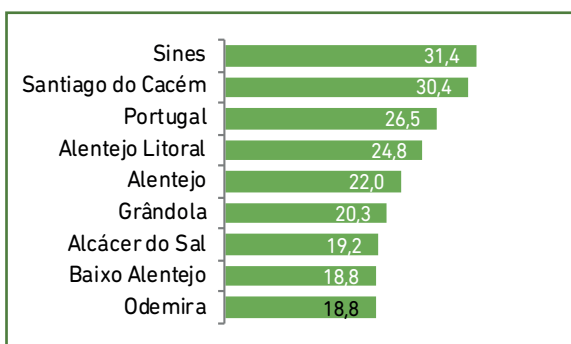


Figura 13 - População empregada segundo os censos por setor de atividade económica: Secundário (%)

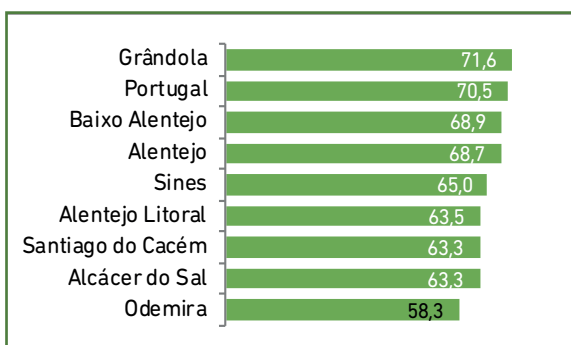


Figura 14 - População empregada segundo os censos por setor de atividade económica: Terciário (%)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e PORDATA

No concelho de Odemira, o setor primário (figura 12) continua a ter um peso muito expressivo na população empregada (22,9%), particularmente se comparado com o valor médio de Portugal (3,1%). No Alentejo Litoral, além de Odemira, apenas Alcácer do Sal mantém no setor primário um peso considerável (17,5%). Todos os outros têm valores abaixo de 10%: Grândola (8,2%), Santiago do Cacém (6,3%) e Sines (3,6%). O Alentejo, região historicamente agrícola, apresenta um valor de 9,4% e o Baixo Alentejo 12,3%.

Nos setores secundário e terciário, pelo contrário, Odemira regista números inferiores, quer em relação aos concelhos do Alentejo Litoral, quer da região Alentejo ou de Portugal. Só o Baixo Alentejo tem um valor similar.

No setor secundário (figura 13), Sines (31,4%) e Santiago do Cacém (30,4%), por influência direta do pólo industrial de Sines, exibem percentagens superiores a Portugal (26,5%). Os restantes concelhos têm valores bem mais incipientes, entre os 18% e os 20%.

No setor terciário (figura 14) é Grândola (71,6%) que apresenta a maior percentagem de população empregada, certamente pelo peso específico da atividade turística.

O concelho de Odemira tem uma taxa de atividade de 50,2 (figura 15). Apenas Grândola (48,5) tem um valor mais reduzido. Sines com 59,5, destaca-se claramente do conjunto dos concelhos do Alentejo Litoral e de Portugal (55,9%). Ainda assim, Odemira, entre 2001 e 2011, viu a taxa de atividade crescer 3,4 (figura 16) e diminuir a diferença que tinha em relação à generalidade dos concelhos do Alentejo Litoral ou mesmo do Baixo Alentejo, do Alentejo e de Portugal. Neste período, Alcácer do Sal foi o concelho que mais reduziu a taxa de atividade (3,1).

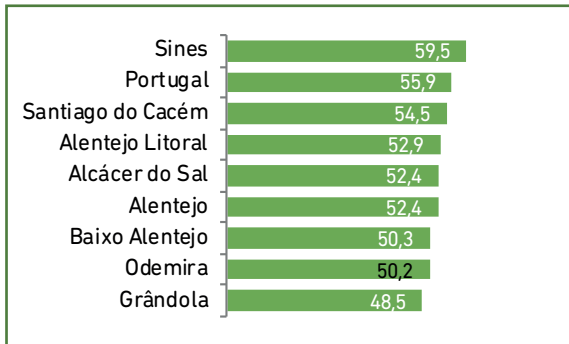


Figura 15 - Taxa de atividade<sup>2</sup> segundo os censos, 2011

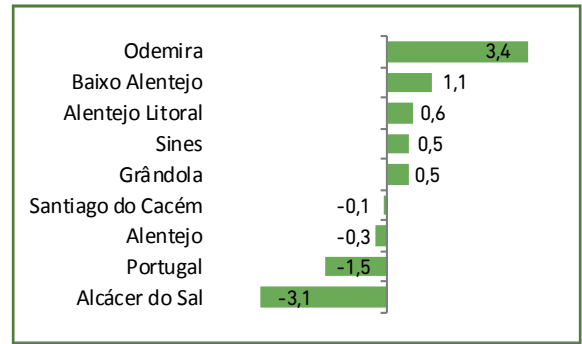


Figura 16 - Evolução da taxa de atividade segundo os censos 2001-2011

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e PORDATA

Nas atividades que se enquadram no setor primário (figura 18), Odemira aparece como um dos concelhos com maior ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrém (embora a grande distância de Sines). Neste setor, a diferença entre Odemira e Santiago do Cacém, Grândola ou o Baixo Alentejo anda na ordem dos 200,0 € mensais. Mesmo em Portugal, o ganho médio mensal é cerca de 150,0 € mais baixo do que em Odemira. Em sentido contrário, Odemira é o concelho do Alentejo Litoral com o ganho médio mensal mais reduzido (854,2 €) nos trabalhadores por conta de outrém (figura 17). Em Sines (1790,0 €), o ganho médio mensal é substancialmente mais elevado que em todos os concelhos e até mesmo em Portugal (1094,7 €).

<sup>2</sup> A taxa de atividade representa o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

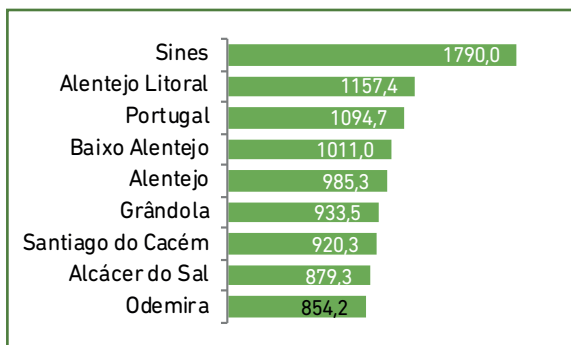


Figura 17 - Ganho médio mensal<sup>3</sup> (€) dos/as trabalhadores/as por conta de outrém, 2012

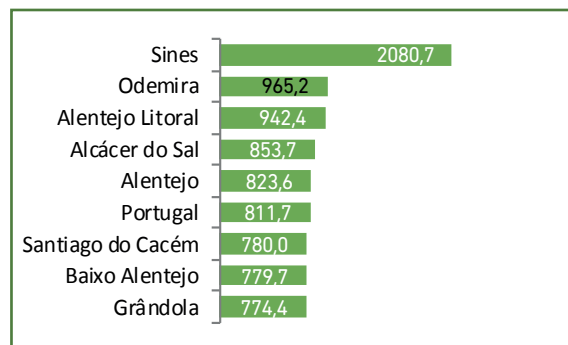


Figura 18 - Ganho médio mensal dos trabalhadores/as por conta de outrém, 2012: agricult, prod. animal, caça, silv. e pesca

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e PORDATA

Quando se analisa o ganho médio mensal dos trabalhadores/as por conta de outrém de Odemira por nível de escolaridade (figura 19), verifica-se que os indivíduos que possuem o ensino superior auferem valores mais elevados (1615,1 €). Na segunda posição, situam-se os trabalhadores com o ensino secundário e pós secundário com uma diferença expressiva (quase metade do valor). É também possível constatar que há uma tendência geral para que os trabalhadores com níveis de escolaridade mais elevados tenham também ganhos superiores (excetuam-se apenas os trabalhadores/as 2º ciclo, face aos trabalhadores/as do 3º ciclo).

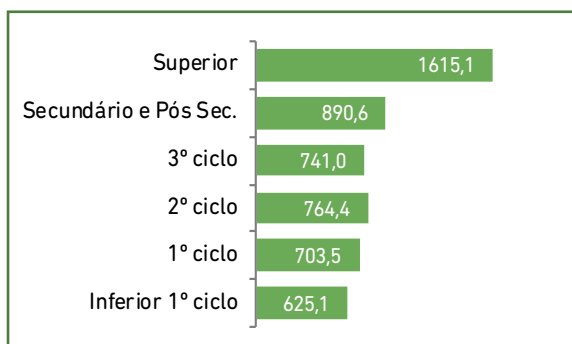


Figura 19 - Ganho médio mensal (€) dos trabalhadores/as por conta de outrém: por nível de escolaridade, 2012, Odemira

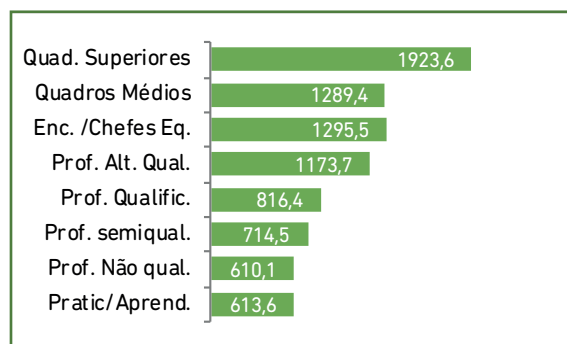


Figura 20 - Ganho médio mensal (€) dos trabalhadores/as por conta de outrém: por nível de qualificação, Odemira, 2012

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e PORDATA

Observamos a mesma tendência se a análise considerar o nível de qualificação (figura 20). Em geral, os trabalhadores/as por conta de outrém mais qualificados têm um ganho médio mensal mais elevado que os menos qualificados. A exceção está apenas entre os quadros médios e os encarregados/as ou chefes de equipa, ou entre os profissionais não qualificados e os praticantes ou aprendizes. Também neste caso, a diferença entre os quadros superiores e as restantes categorias é assinalável.

<sup>3</sup> O ganho mensal é o montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios.



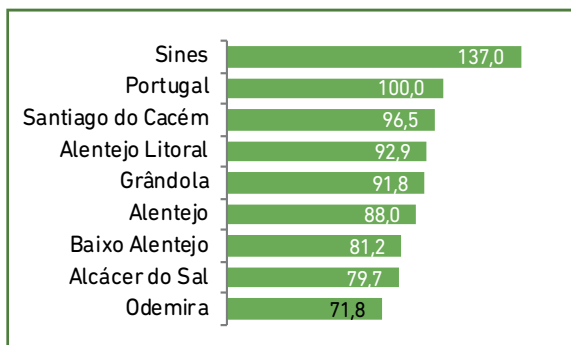


Figura 21 - Poder de compra per capita<sup>4</sup>, 2011

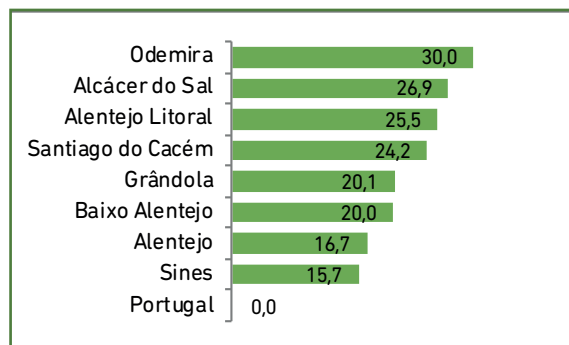


Figura 22 - Evolução do poder de compra per capita entre 1993 e 2011

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e PORDATA

O poder de compra per capita no concelho de Odemira (figura 21) representa 71,8 % da média nacional. Apesar da trajetória de recuperação, trata-se do concelho do Alentejo Litoral com menor poder de compra per capita. Apenas Sines tem números superiores a Portugal (137,0). Santiago do Cacém (96,5) e Grândola (91,8) apresentam índices mais elevados que o Alentejo (88,0) e o Baixo Alentejo (81,2). Alcácer do Sal (79,7) é o segundo concelho com valor mais baixo.

Contudo, quando se analisa a evolução do poder de compra per capita entre 1993 e 2011 (figura 22), percebe-se que todos os concelhos do Alentejo Litoral progrediram face ao poder de compra per capita no país (média de 25,5) e que Odemira (30,0) foi o que mais avançou.

<sup>4</sup> Este indicador compósito pretende traduzir o poder de compra em termos per capita. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões (Fonte: Pordata).

## 1.4 INDICADORES SOCIAIS

### EMPREGO E AÇÃO SOCIAL

Em 2011, Odemira era o concelho do Alentejo Litoral com a taxa de desemprego mais elevada (13,7%), acima de Portugal e do Alentejo (Figura 23). Apenas o Baixo Alentejo (14,4%) apresentava um valor superior. Santiago do Cacém e Sines, com 9,1% e 9,7% respetivamente, eram os concelhos com os valores mais reduzidos, certamente por influência do pólo industrial de Sines.

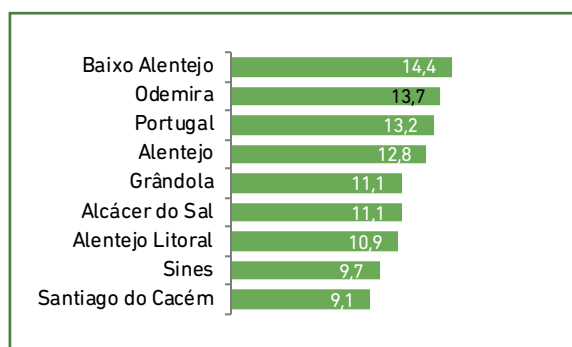


Figura 23 - Taxa de desemprego segundo os censos, 2011 (%)

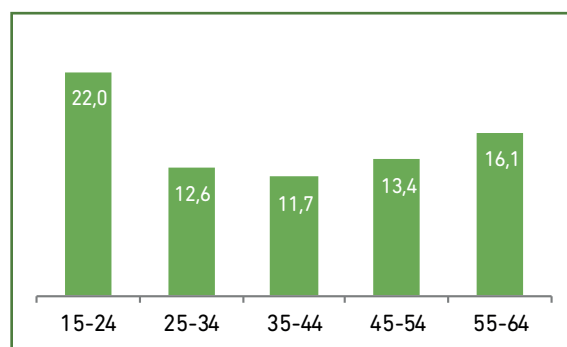


Figura 24 - Taxa de desemprego em Odemira segundo os censos por grupo etário (%)

Fontes: INE, PORDATA

A análise da taxa de desemprego em Odemira, por grupo etário (figura 24), revela que é no escalão etário mais jovem que se regista a maior taxa de desemprego (22,0%), seguido dos grupos 55-64 anos (16,1%) e 45-54 anos (13,4%).

Quando se analisa a taxa de desemprego nas freguesias do concelho de Odemira, tendo como referência os inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), em agosto de 2015 (figura 25), verifica-se que são as freguesias de São Luís (13,1%), Santa Clara-a-Velha (12,3%) e Colos (11,9%) que exibem os números mais elevados. No pólo inverso, estão as freguesias de Vale de Santiago (4,9%), Longueira/ Almogrove (6,7%) e São Teotónio (6,9%).

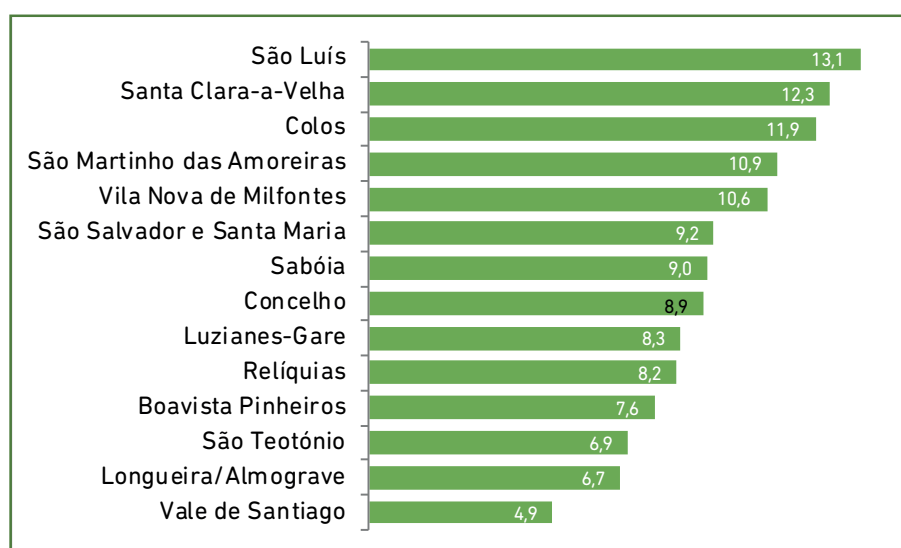
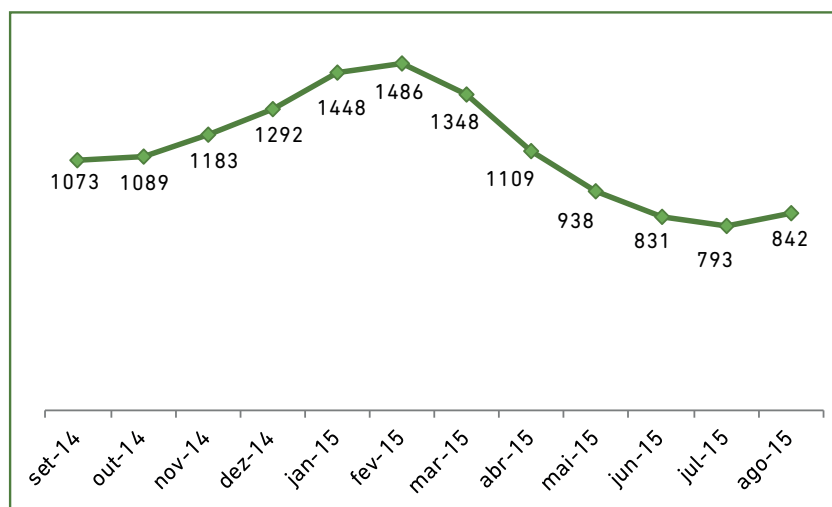


Figura 25 - Taxa de desemprego nas freguesias do concelho de Odemira: inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional em Agosto de 2015

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional

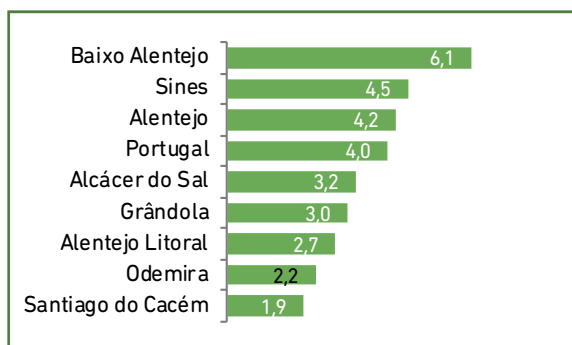
Na figura 26, é possível observar a evolução do número de inscritos no IEFP residentes no concelho de Odemira, à procura de primeiro emprego e à procura de novo emprego, entre setembro de 2014 e agosto de 2015. O aspeto mais relevante deste gráfico é a sazonalidade das inscrições, com os meses de inverno a registarem números significativamente superiores aos restantes meses do ano. O carácter sazonal das atividades agrícolas e turísticas explica em grande parte a tendência verificada.



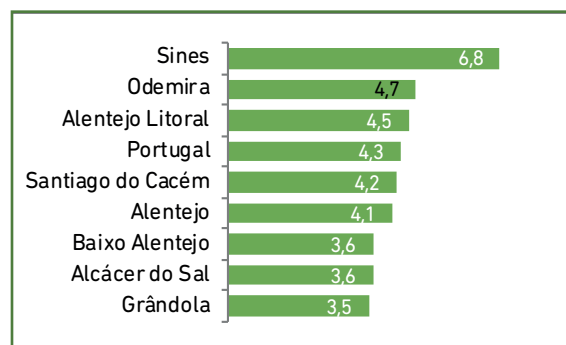
**Figura 26 - Evolução do número de inscritos no IEFP residentes no concelho de Odemira: à procura de 1º emprego e à procura de novo emprego**

Fonte: Instituto do Emprego de Formação Profissional – Estatísticas Mensais por Concelho - <https://www.iefp.pt/en/estatisticas>

De acordo com dados de 2013, Odemira (2,2%) é um dos concelhos com menor percentagem de beneficiários/as do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção no total da população residente com 15 e mais anos (figura 27).



**Figura 27 – Beneficiários/as do RMG e RSI da Segurança Social no total da população residente, com 15 e mais anos, 2013 (%)**



**Figura 28: Beneficiários/as das prestações de desemprego da Segurança Social (inclui social desemprego) no total da população residente, com 15 e mais anos, 2013 (%)**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e PORDATA

Se a análise incidir sobre os beneficiários/as das prestações de desemprego (inclui social de desemprego) no total da população residente com 15 e mais anos (figura 28), verifica-se que Odemira (4,7%) apresenta um dos valores mais elevados, apenas ultrapassado por Sines (6,8%). Trata-se de números próximos da média nacional (4,3%) ou da média regional (4,1%).

A figura 29, expõe a percentagem de beneficiários/as das prestações de complemento solidário para idosos, no total da população com mais de 65 anos. Odemira (13,4%) é o segundo concelho do Alentejo Litoral com o valor mais reduzido, apenas acima de Sines (12,7%). Santiago do Cacém, com 14,7%, possui a percentagem mais elevada.

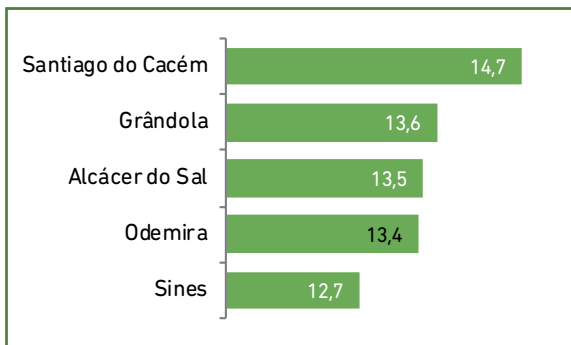


Figura 29 – Beneficiários/as das Prestações de Complemento Solidário para Idosos, no total da população com mais de 65 anos, 2013 (%)

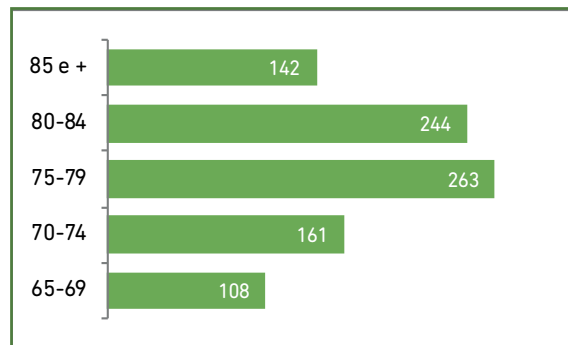


Figura 30 – Beneficiários/as (Indivíduos) das Prestações de Complemento Solidário para Idosos do concelho de Odemira, por escalão etário, 2013

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e PORDATA

Relativamente às respostas sociais promovidas pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), verifica-se uma concentração maior das respostas sociais na sede do concelho e no litoral (com exceção da freguesia de Longueira/Almograve, que não sedia qualquer resposta social).

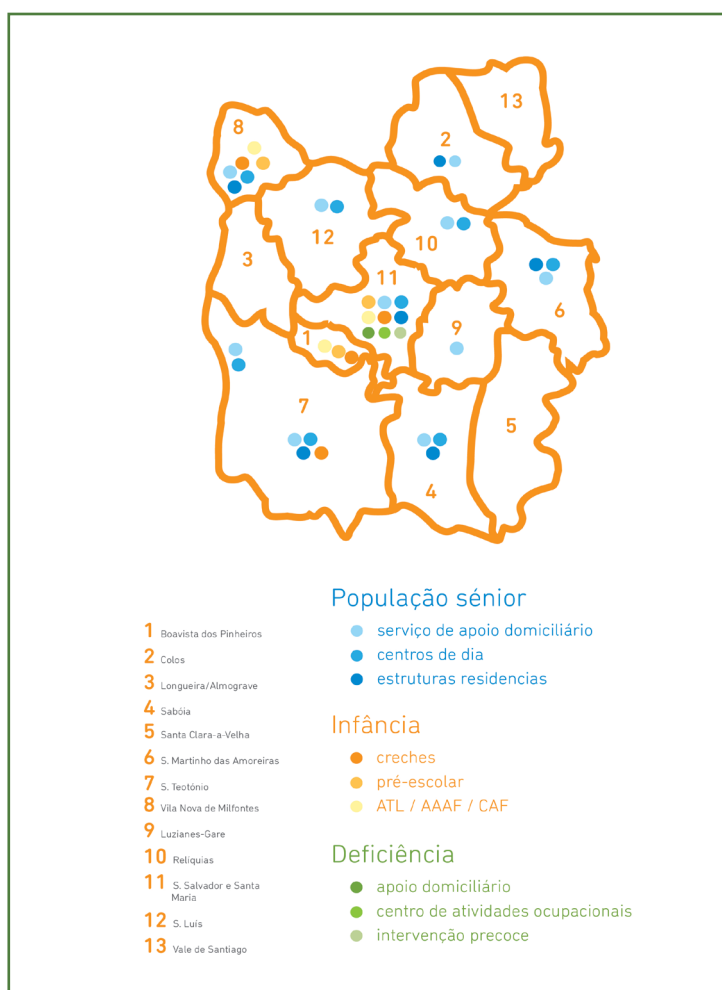


Figura 31 - Mapa da rede de equipamentos de ação social no concelho de Odemira, 2014

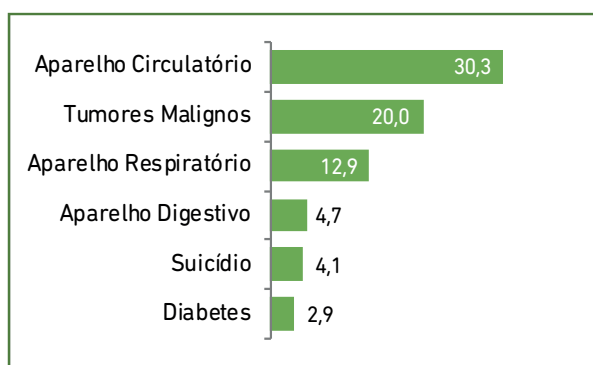
Fonte: Município de Odemira

As respostas sociais destinadas às crianças (creche e atividades de tempos livres) apenas existem em São Salvador/Santa Maria, Boavista dos Pinheiros, Vila Nova de Milfontes e São Teotónio (apenas inclui creche). As respostas de reabilitação da população (Unidade de Cuidados Continuados) e de integração das pessoas com deficiência são desenvolvidas a partir da sede do concelho.

Nas freguesias do interior (Colos, Relíquias, São Martinho das Amoreiras e Sabóia), apenas estão sediadas respostas sociais com respostas dirigidas a idosos/as (serviço de apoio domiciliário, centro de dia e estrutura residencial de idosos). Só Santa Clara-a-Velha, Luzianes-Gare e Vale de Santiago não albergam respostas sociais financiadas pelo Instituto de Segurança Social. As duas primeiras recebem apoio à população idosa a partir da Associação Humanitária D. Ana Pacheco, com sede em Sabóia (em Luzianes-Gare existe um pólo de apoio domiciliário gerido pela Associação Humanitária D. Ana Pacheco). Vale de Santiago do equipamento da Santa Casa da Misericórdia de Odemira, situado em Colos.

## SAÚDE

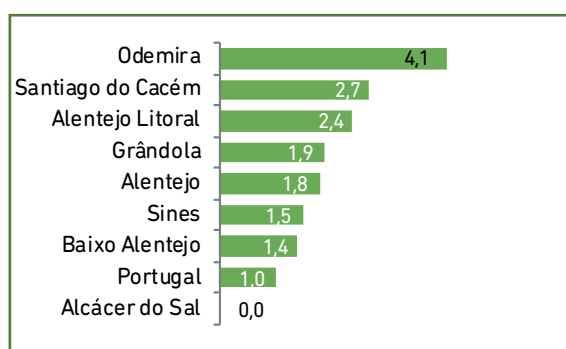
Em 2013, Odemira registou 30,3 óbitos por cada 10.000 habitantes, por doenças do aparelho circulatório (figura 32). À semelhança do que se passa a nível nacional, representa a principal causa de morte do concelho. Os tumores malignos representam, também, uma das causas com mais peso nos óbitos residentes (20,0 residentes por cada 10.000 habitantes), seguido das doenças de aparelho respiratório (12,9 residentes por cada 10.000 habitantes).



**Figura 32 - Óbitos de residentes (indivíduos por 10.000 habitantes) por tipo de doença, 2013**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Direção Geral de Saúde/ Ministério da Saúde, PORDATA

Embora não seja a principal causa de morte, o suicídio continua a ter, no concelho de Odemira, um número de óbitos significativo. Com 4,1 indivíduos por cada 10.000 habitantes (figura 33), apresenta um valor bem acima dos restantes concelhos do Alentejo Litoral, mas também do Alentejo (1,8), do Baixo Alentejo (1,4) e de Portugal (1,0).



**Figura 33 - Óbitos de residentes (indivíduos por 10.000 habitantes) por suicídio, 2013**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Direção Geral de Saúde/ Ministério da Saúde, PORDATA

Odemira tinha em 2014 o mais elevado número de habitantes (1065,3) por médico/a (figura 34) no Alentejo Litoral. Alcácer do Sal (958,7) e Grândola (877,1) registam valores mais ou menos próximos. Sines e Santiago do Cacém, pela proximidade física que têm ao Hospital do Litoral Alentejano, apresentam números muito mais reduzidos, inferiores a 400 habitantes por médico (valor idêntico ao Alentejo). Em Portugal o número de habitantes por médico era de 239,7.

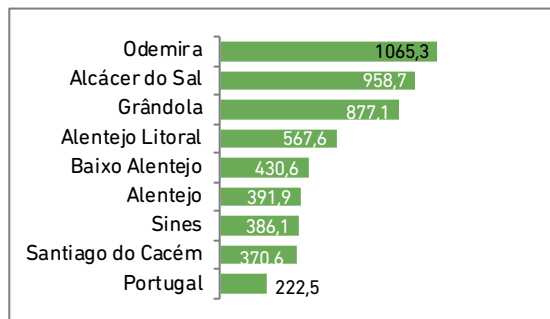


Figura 34: Número de habitantes por médico, 2014

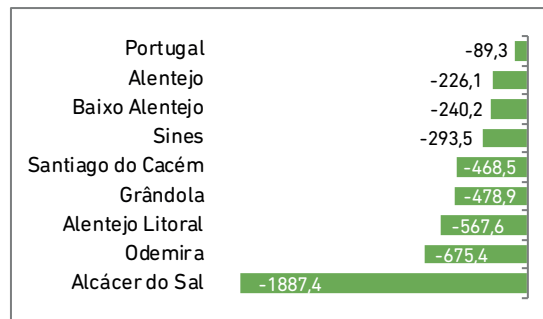


Figura 35 - Evolução do número de habitantes por médico, 2001-2014

Fonte: PORDATA

Entre 2001 e 2014, assistiu-se, na generalidade, a uma diminuição do número de habitantes por médico/a (figura 35). Odemira não é exceção (-675,4). Os concelhos do Alentejo Litoral, em média, registaram um decréscimo de 567,6 e o Baixo Alentejo de 240,2.

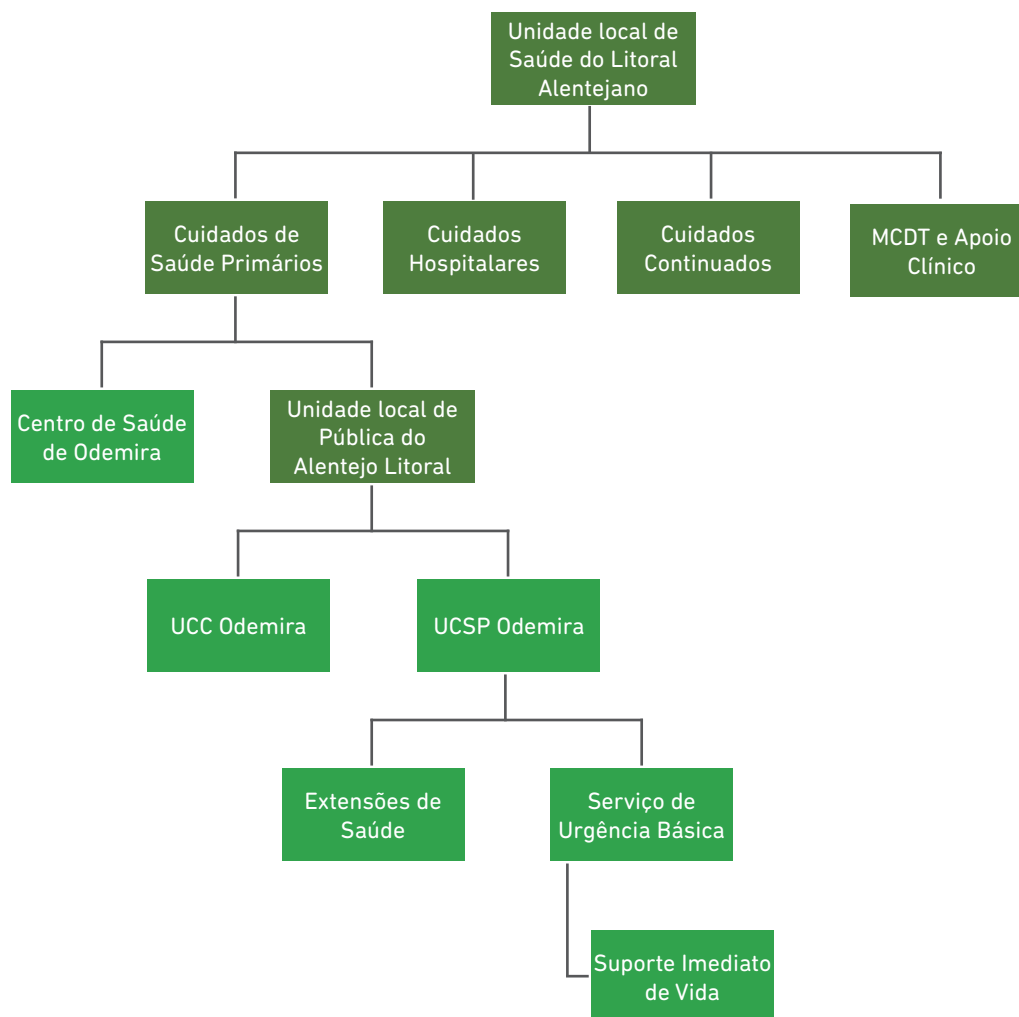
O Centro de Saúde de Odemira tinha, de acordo com dados de maio de 2015, 23.915 inscritos<sup>5</sup>. Destes, 5.710 (24%) não tinham médico/a de família<sup>6</sup>. Acresce a esta dificuldade a presença significativa de população sazonal por via dos trabalhos agrícolas ou dos períodos festivos e de veraneio junto ao litoral – sobretudo junto às praias de Vila Nova de Milfontes, Zambujeira do Mar e Almogrove<sup>7</sup>-, pese embora, durante o período estival, e de há vários anos a esta parte, serem prestados serviços de apoio junto às praias.

<sup>5</sup> A distribuição de inscritos por extensões de saúde é a seguinte: Almogrove, 574; Colos, 837; Odemira, 7096; Relíquias, 1010; Sabóia, 987; Santa Clara-a-Velha, 862; São Luís, 1383; São Martinho das Amoreiras, 346; São Teotónio, 5494; Vale de Santiago (inclui Bicos e Fornalhas), 837; e Vila Nova de Milfontes, 4445.

<sup>6</sup> A análise da situação dos recursos humanos de saúde na região Alentejo permite constatar que permanecem cerca de 25% de vagas por preencher nos quadros de pessoal dos serviços de saúde local, subindo estes valores para 40% no caso particular da ULSLA. Em Odemira faltam 3 médicos/as, 3 assistentes técnicos e 3 enfermeiros/as (2 para reforço da equipa de domicílios).

<sup>7</sup> A oferta privada a nível local é insignificante: existem algumas clínicas privadas (Odemira, São Teotónio e Vila Nova de Milfontes), com várias especialidades, e duas clínicas de reabilitação física.

O concelho de Odemira está integrado na ULSLA - Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano<sup>8</sup> e na Administração Regional de Saúde do Alentejo. Ao nível da sua orgânica a ULSLA tem como principais áreas operacionais os cuidados de saúde primários, os cuidados hospitalares, os cuidados continuados e os meios complementares de diagnóstico e terapêutica e apoio clínico.



**Figura 36 - Orgânica dos Serviços de Saúde de Odemira**

Fonte: Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano

**Legenda:** MCDT – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica; UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade; UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

A dimensão do território e a dispersão populacional justificam o elevado número de extensões de saúde no concelho de Odemira. Além do atendimento do Centro de Saúde de Odemira, existem ainda 10 extensões de saúde (tabela 3)<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Embora mantenha ligação com a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo (especialidades de obstetrícia e pediatria). A Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano abrange os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

<sup>9</sup> A densidade da rede de Centros de Saúde no Alentejo é de 1 UCSP por 573 Km<sup>2</sup> face a 1721 Km<sup>2</sup> no concelho de Odemira. A média nacional é de 1 UCSP por 240 Km<sup>2</sup>. No que concerne às extensões, a diferença é também significativa: 153 km<sup>2</sup> por extensão no concelho de Odemira face a 100 Km<sup>2</sup> na região e 45 Km<sup>2</sup> no país. Estes valores põem em evidência os fracos índices de acessibilidade física que, em maior ou menor grau, afetam parcelas significativas do território municipal, bem como a necessidade de garantir uma melhor cobertura no acesso à saúde.

Tabela 3 - Extensões de saúde no concelho de Odemira

UNIDADES DE SAÚDE	LOCALIDADE	FREGUESIA
Centro de Saúde de Odemira	Odemira	São Salvador e Santa Maria
Extensão de Saúde de Colos	Colos	Colos
Extensão de Saúde de Relíquias	Relíquias	Relíquias
Extensão de Saúde de Sabóia	Sabóia	Sabóia
Extensão de Saúde de Santa Clara-a-Velha	Santa Clara-a-Velha	Santa Clara-a-Velha
Extensão de Saúde de São Luís	São Luís	São Luís
Extensão de Saúde de São Martinho das Amoreiras	S. Martinho das Amoreiras	S. Martinho das Amoreiras
Extensão de Saúde de São Teotónio	São Teotónio	São Teotónio
Extensão de Saúde de Vale de Santiago	Vale de Santiago	Vale de Santiago
Extensão de Saúde de Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes
Extensão de Saúde de Almogrove	Almogrove	Longueira/Almogrove

## EDUCAÇÃO

Odemira detém a percentagem mais elevada de população residente com 15 e mais anos sem nível de escolaridade (figura 37). Portugal, com 10,4%, e Sines, com 10,5%, apresentam um valor de aproximadamente metade do concelho de Odemira (22,9%). No Alentejo a percentagem é de 15,5% e no Baixo Alentejo de 13,7%.

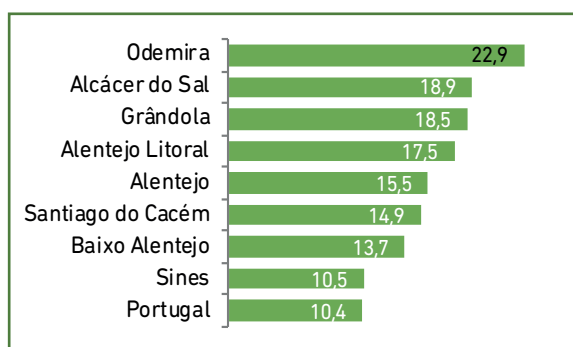


Figura 37 - População residente com 15 e mais anos sem nível de escolaridade segundo os censos, 2011 (%)

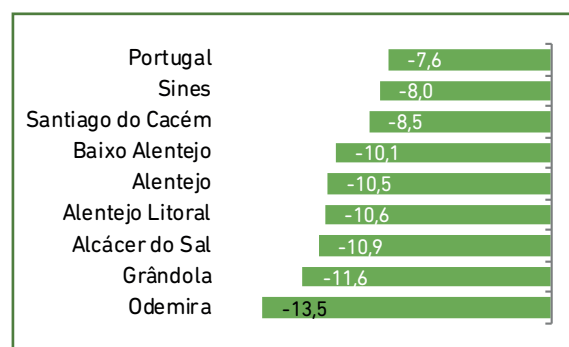


Figura 38 - Evolução da população residente com 15 e mais anos sem nível de escolaridade segundo os censos, 2001-2011 (%)

Fonte: PORDATA

Todavia, Odemira foi o concelho que, entre 2001 e 2011, mais reduziu a percentagem de população residente sem nível de escolaridade (figura 38). Todos os concelhos do Alentejo Litoral, bem como o Baixo Alentejo, o Alentejo ou Portugal, seguem a mesma tendência de redução de população com mais de 15 anos sem nível de escolaridade.

Em relação à população residente com 15 e mais anos com o ensino médio e superior (figura 39), Odemira exibe um dos valores mais reduzidos (7,7%), apenas superior a Alcácer do Sal (7,3%), mas muito inferior a Portugal (14,8%), Santiago do Cacém (11,8%) ou Sines (11,7%).



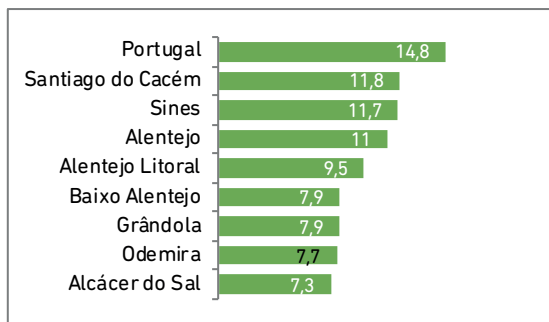


Figura 39 - População residente com 15 e mais anos com o ensino médio e superior segundo os censos, 2011 (%)

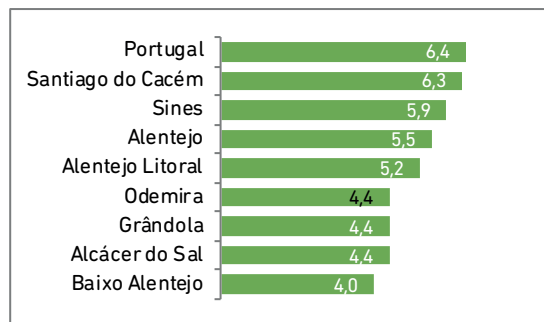


Figura 40 - Evolução da população residente com 15 e mais anos com o ensino médio e superior segundo os censos, 2001-2011 (%)

Fonte: PORDATA

Neste indicador, ao contrário dos anteriores, Odemira não apresenta qualquer tendência de recuperação face aos territórios com maior percentagem de população residente com ensino médio e superior (figura 40). Neste particular, poderá ter influência a pouca capacidade de Odemira (mas também de Grândola, Alcácer do Sal e do Baixo Alentejo) para atrair ou fixar população com este nível de ensino. Pelo contrário, Sines e Santiago do Cacém, por influência do pólo industrial de Sines, continuam a ter uma evolução superior à média do Alentejo Litoral.

A figura 41 apresenta a média de escolarização da população, ou seja, o número médio de anos de frequência escolar da população residente num determinado concelho e que já não está a frequentar a escola. Em 2011, Odemira era, a par de Alcácer do Sal, o concelho com menor escolarização da população (5,9). Sines e Santiago do Cacém apresentavam valores próximos da média nacional (7,4).

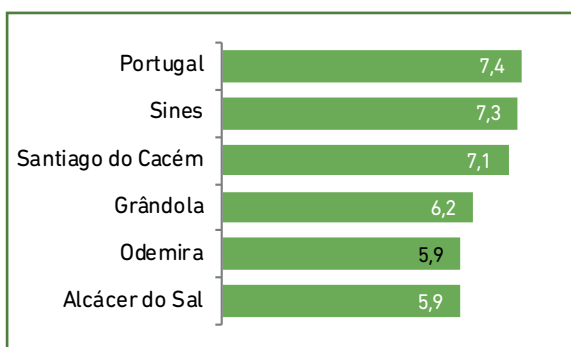


Figura 41: Taxa média de escolarização da população, 2011

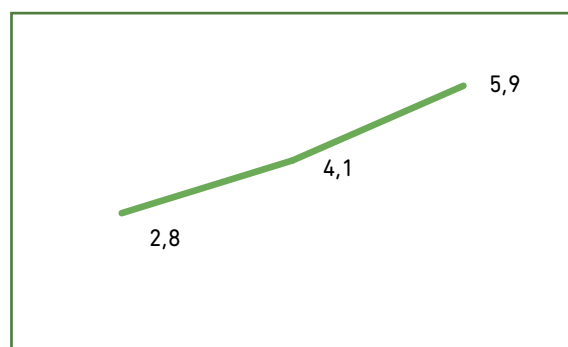


Figura 42 - Evolução da taxa média de escolarização da população em Odemira, 1991/2001/2011

Fonte: Atlas da Educação – EPIS | CESNOVA]

Entre 1991 e 2011 (figura 42), Odemira registou uma subida muito acentuada na taxa média de escolarização (mais que duplicou), aproximando-se da média nacional e dos restantes concelhos.

A figura 43 mostra a taxa de retenção e desistência em Odemira por nível de educação, no ano letivo de 2012-2013. Os níveis mais elevados de educação são os que registam valores menos positivos, sendo que, no secundário, quase um quarto dos alunos/as sofrem retenções. Ao mesmo tempo, verifica-se que com exceção do 2º ciclo, todos os níveis de educação viram a taxa de retenção e desistência diminuir na última década (figura 44), com destaque para o 3º ciclo (-8,3%).

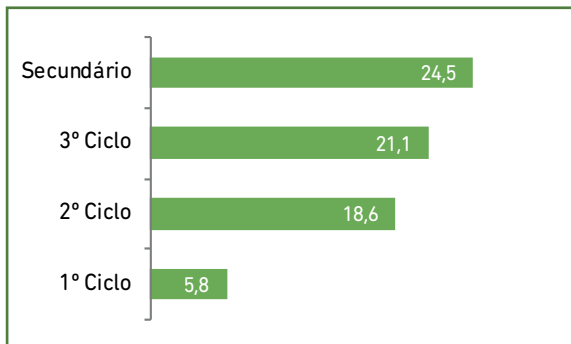


Figura 43- Taxa de retenção e desistência por nível de educação em Odemira, 2012-2013 (%)

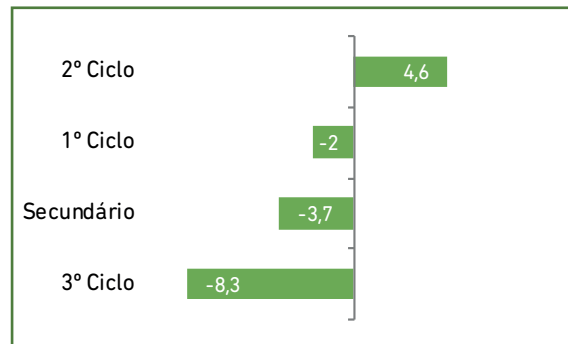


Figura 44 - Evolução da taxa de retenção e desistência por nível de educação em Odemira, 2004-2005/2012-2013 (%)

Fonte: DGEEC - Regiões em números 2012/2013, Vol. IV Alentejo

Nos últimos anos, a taxa de abandono precoce escolar<sup>10</sup> registou um assinalável decréscimo. Em Odemira, entre 1991 e 2011 (figura 46), passou de 78,9% para 31,9% (-47,0%). Apesar da evolução muito relevante, Odemira continua a ter uma das mais elevadas taxas de abandono precoce escolar, apenas inferior aos 33,2% de Alcácer do Sal (figura 45)<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> A taxa de abandono precoce de educação e formação é a percentagem de pessoas entre os 18 e os 24 anos que deixou de estudar sem ter completado o 3º ciclo.

<sup>11</sup> Nos últimos anos, em Portugal, a taxa de abandono precoce escolar (18-24 anos) continuou a reduzir de forma visível para um valor que, em 2014, se situava já em 17,4 %. Não estão disponíveis dados relativos aos concelhos para além do ano de 2011. Contudo, acredita-se que nos mesmos se regista a mesma tendência de descida.

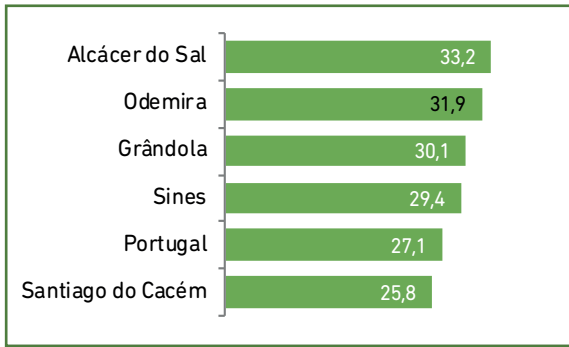


Figura 45 - Taxa de abandono precoce escolar, 2011 (%)

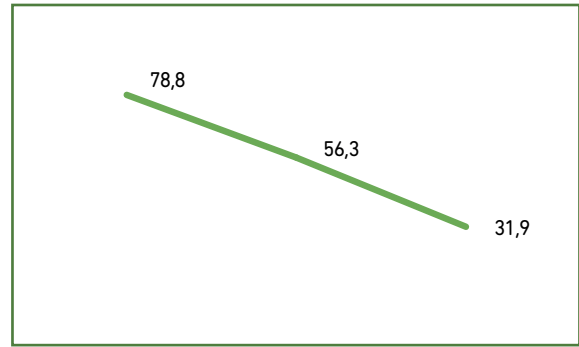


Figura 46 - Evolução da taxa de abandono precoce escolar em Odemira, 1991/2001/2011 (%)

Fonte: Atlas da Educação – EPIS | CESNOVA]

A observação da evolução dos alunos/as matriculados/as nos diferentes níveis de ensino, em Odemira (figura 47), permite concluir que apenas no secundário (6,3%) e no pré-escolar (2,1%) se regista um acréscimo. Em todos os outros, com destaque para o 1º ciclo (-15,3%), os alunos/as matriculados diminuem.

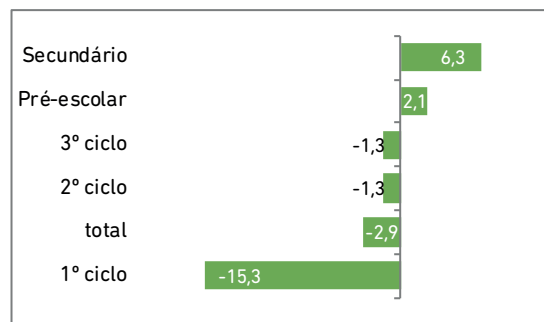


Figura 47 - Evolução dos alunos/as matriculados/as nos diferentes níveis de ensino em Odemira, 2004-05/2012-13 (%)

Fonte: DGEEC - Regiões em números 2012/2013, Vol. I-V Alentejo

## 1.5 A IGUALDADE DE GÉNERO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

### 1.5.1 DIAGNÓSTICO

As figuras seguintes permitem fazer uma análise na perspetiva da igualdade de género. A figura 48 mostra que os trabalhadores/as por conta de outrem do género feminino em Odemira, obtêm um ganho médio mensal inferior a 100,00€ (-12,9%) em relação ao género masculino.

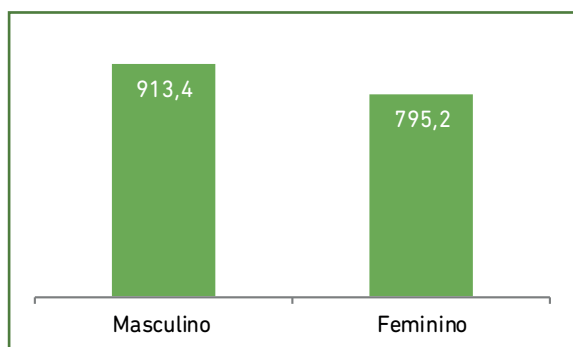


Figura 48 - Ganho médio mensal dos trabalhadores/as por conta de outrem, 2012: diferença entre sexo masculino e feminino em Odemira (€)

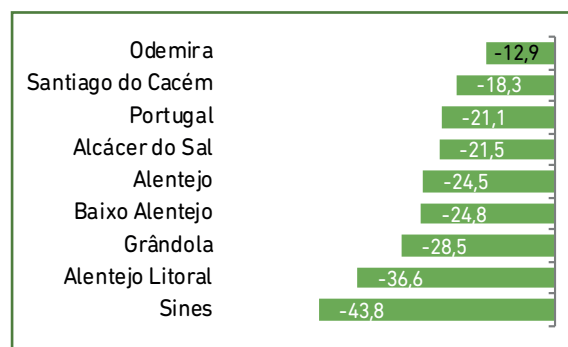


Figura 49 - Ganho médio mensal dos trabalhadores/as por conta de outrem, 2012: diferença entre sexo masculino e feminino (%)

Fonte: PORDATA

Ainda assim, Odemira é o concelho onde a diferença do ganho médio mensal dos trabalhadores/as por conta de outrem do sexo masculino e do sexo feminino é inferior (figura 49). Sines (-43,8%) destaca-se claramente de todos os concelhos, seguido de Grândola (28,5%). No Alentejo a diferença é de -24,5%, no Baixo Alentejo de -24,8% e em Portugal de -21,1%.

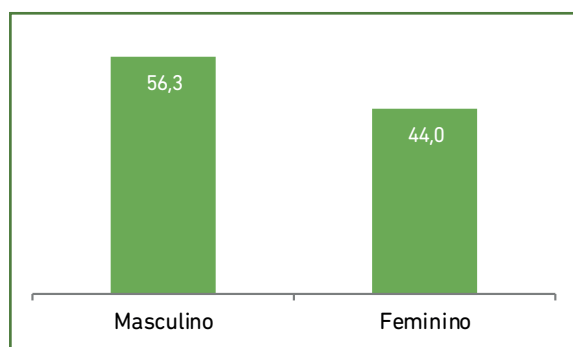


Figura 50 - Taxa de atividade por sexo, no concelho de Odemira, segundo os censos 2011 (%)

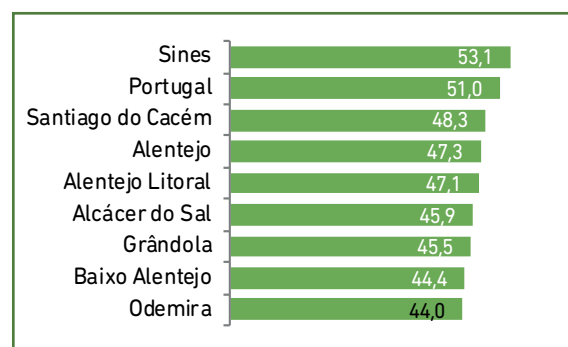


Figura 51 - Taxa de atividade no sexo feminino, segundo os censos 2011 (%)

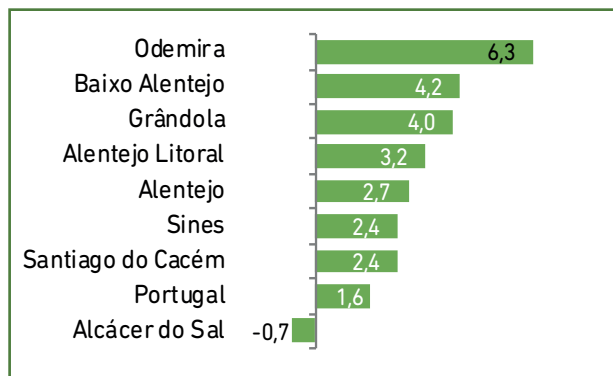


Figura 52 - Evolução da taxa de atividade no sexo feminino, segundo os censos, 2001-2011 (%)

Fonte: PORDATA

Também no indicador da taxa de atividade se nota a diferença de género. No concelho de Odemira, a taxa de atividade no género masculino é 12,3% superior em relação ao género feminino (figura 50). Com um valor de 44,0%, Odemira apresenta a mais reduzida taxa de atividade no sexo feminino (figura 51), muito próximo do Baixo Alentejo (44,4%) e bem abaixo de Portugal (51,0%) ou do Alentejo (47,3%). Sines (53,1%) regista o valor mais elevado.

Contudo, entre 2001 e 2011, foi no concelho de Odemira que a taxa de atividade no sexo feminino registou uma evolução mais acentuada (6,3%). A média do Alentejo Litoral é sensivelmente de metade (3,2%) e em Portugal de apenas 1,6%. Alcácer do Sal foi o único concelho que obteve uma evolução negativa (-0,7%).

Em 2011, a taxa de desemprego no sexo feminino era de 16% perante 11,6% no sexo masculino (figura 53). Só Santiago do Cacém (4,2%) apresentava uma diferença entre géneros superior a Odemira (4,1%). No Alentejo a diferença era de 2,0% e em Portugal de 1,2% (figura 54).

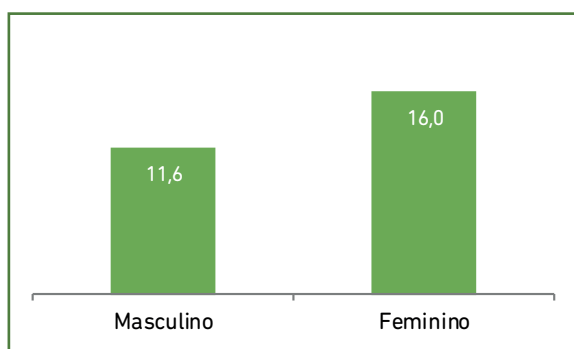


Figura 53 - Taxa de desemprego, segundo os censos 2011: por sexo (%)

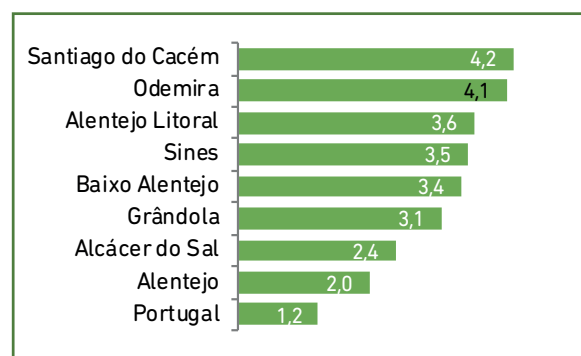


Figura 54 - Taxa de desemprego, segundo os censos 2011: diferença entre sexo feminino e masculino (%)

Fonte: PORDATA

No entanto, quando se analisa a população por nível de escolaridade mais elevado (figura 55), apura-se que é o sexo feminino que apresenta a percentagem mais elevada. Em Odemira, 62,1% da população com o nível de escolaridade completo mais elevado são mulheres – valor superior a Portugal (60,6%) e Sines (60,5%), mas inferior a todos os restantes concelhos do Alentejo Litoral.

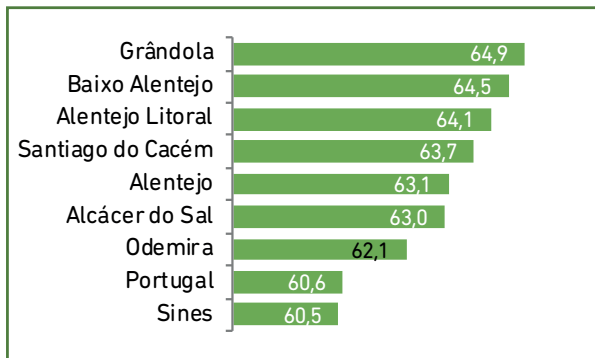


Figura 55 - População residente do sexo feminino, por nível de escolaridade, em % do total da população por nível de escolaridade completo mais elevado, segundo os Censos 2011

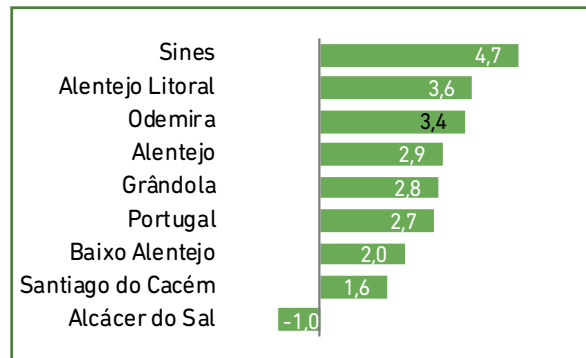


Figura 56 - Evolução da população residente do sexo feminino, por nível de escolaridade, em % do total da população por nível de escolaridade completo mais elevado, segundo os Censos 2001-2011

Fonte: PORDATA

Entre 2001 e 2011, com exceção de Alcácer do Sal (-1,0%), registou-se um aumento generalizado da percentagem da população residente do sexo feminino com escolaridade completa mais elevada face ao total da população. Em Odemira esse aumento foi de 3,4% - apenas inferior a Sines (4,7%).

A figura 57 mostra a participação das mulheres nas listas de todas as forças partidárias às eleições autárquicas em Odemira, no ano de 2013. As mulheres candidatas representam 39% do total. Porém, apenas 26% foram eleitas, atendendo a que muitas delas participam em lugares de mais difícil elegibilidade.

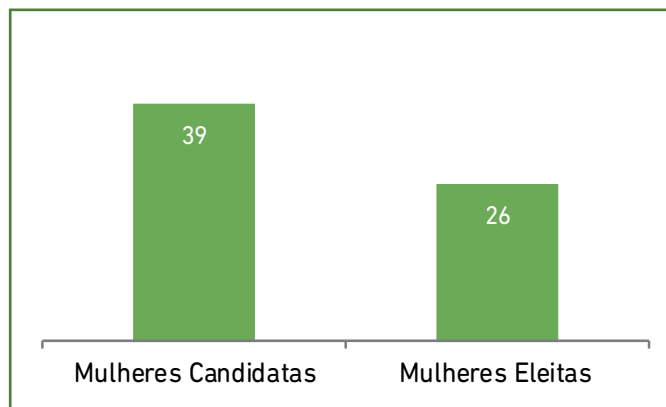
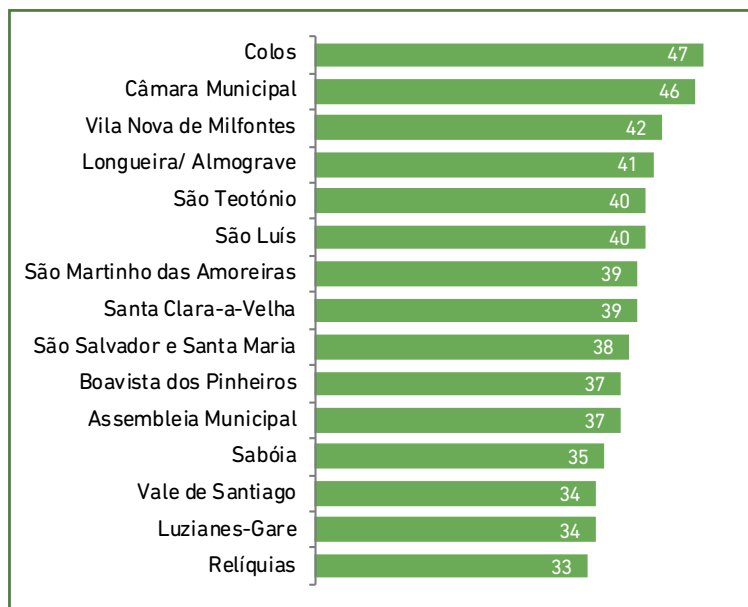


Figura 57 - Participação das mulheres nas listas às eleições autárquicas de Odemira, 2013 (%)

Fonte: Município de Odemira

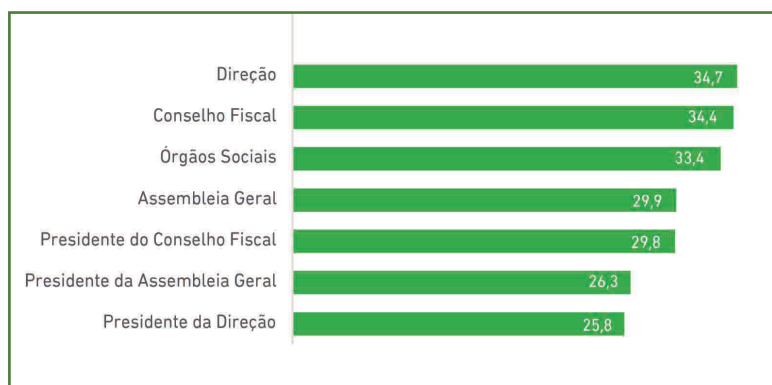
Se a análise da participação das mulheres nas listas às eleições autárquicas incidir nos órgãos (figura 58), vemos que é a Assembleia de Freguesia de Colos (47,0%), a Câmara Municipal (46,0%) e a Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes (42,0%) que registam percentagens mais elevadas. Em sentido contrário, as Assembleias de Freguesia de Relíquias (33,0%), de Luzianes-Gare (34,0%), de Vale de Santiago (34,0%) e de Sabóia (35,0%), apresentaram menos mulheres nas suas listas.



**Figura 58 - Participação das mulheres nas listas às eleições autárquicas de Odemira, por órgão, 2013 (%)**

Fonte: Município de Odemira

A figura 59 indica a participação das mulheres nos órgãos sociais das associações do concelho de Odemira. Em média, apenas um terço dos membros dos órgãos sociais são mulheres (29,9% na Assembleia Geral, 34,4% no Conselho Fiscal e 34,7% na Direção). A proporção é ainda menor nos cargos de presidência dos órgãos sociais. Apenas um quarto dos/as presidentes da direção são mulheres (25,8%).



**Figura 59 - Participação das mulheres nos órgãos sociais das associações do concelho de Odemira, 2016 (%)**

Fonte: Município de Odemira

Relativamente à violência doméstica, o GAVA – Gabinete de Apoio à Vítima e ao Agressor do concelho de Odemira, única resposta especializada existente no concelho, abriu 202 processos entre 2012 e 2015 - 157 vítimas (144M/13H); 45 agressores/as (2M/43H). As vítimas são na maioria mulheres e os agressores sobretudo homens.

No ano 2015 (49 processos), 10 % das vítimas acompanhadas eram de nacionalidade estrangeira, a maioria das vítimas não tinham habilitações (16,3%) e 20,4% encontravam-se desempregadas.

Ainda que a maioria destes processos resulte de violência conjugal ou nas relações de intimidade (namoro), considera-se que o problema da violência intrafamiliar sobre o idoso/a é neste concelho emergente e oculto (2012-2015: 25 processos de idosos > 65 anos).

Os casos de violência doméstica têm vindo assim a aumentar e de acordo com dados do NIAVE, durante os últimos dois anos, Odemira foi o concelho com maior número de processos abertos de violência doméstica (2014: 14,6%; 2015: 17,9%) do distrito de Beja. Estes resultados espelham a forte presença e impacto da problemática na população do Concelho, assim como a necessidade de intervir de forma multidisciplinar, transversal e sob uma perspetiva ecológica e preventiva.

Também no âmbito de atuação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira, a incidência de situações de crianças e jovens expostos a conflitos em seio familiar geradores da violência doméstica têm vindo a acentuar-se, sendo que a desigualdade de género deverá ser transversal a muitas das causas geradoras de perigo e risco para os menores.

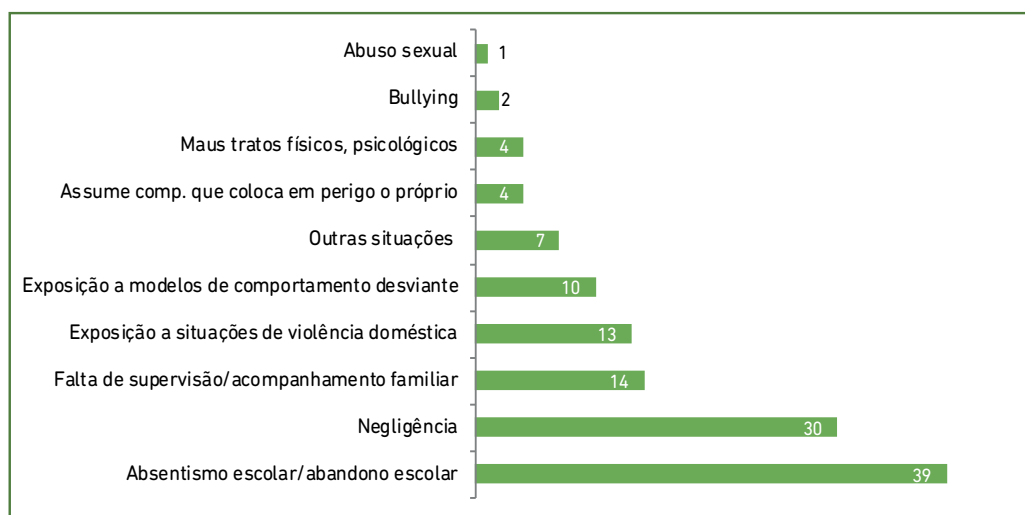


Figura 60 - Principais Problemáticas sinalizadas pela CPCJ em 2015

Fonte: Relatório de Avaliação da Gestão Processual, 2015, CPCJ

## 1.5.2 MAPEAMENTO DOS RECURSOS EXISTENTES

O trabalho sistematizado dos parceiros sociais no território do concelho de Odemira na temática da igualdade de género remonta a 2011 quando a TAIPA, mas também o Município de Odemira, apresentaram candidaturas a fundos comunitários visando incluir na cultura organizacional e na intervenção social esta dimensão. Durante esse período, ambos percorreram um caminho de promoção da Igualdade de Género e de prevenção e combate e a Violência Doméstica no concelho de Odemira, conseguindo estabelecer sinergias muito fortes junto da comunidade e dos parceiros locais/regionais que permanecem até aos nossos dias.

O Município de Odemira, em março de 2013, obteve a aceitação da candidatura que interpôs à tipologia 7.2 – Planos para a Igualdade do POPH/QREN, com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género como organismo de gestão e sob a sua égide decorreram diversas atividades que mobilizaram os parceiros da Rede Social, em torno da realidade da Igualdade de Género e que continuam a ser desenvolvidos enquanto entidade empregadora pública, mas também enquanto impulsor da Rede Social de Odemira.



O Projeto IGUALANDO, financiado pela medida 7.3 do POPH/QREN/FSE, com gestão da CIG foi candidatado e executado pela TAIPA, entre novembro de 2011 e junho de 2014, depois de um acréscimo de 6 meses de prorrogação.

O Projeto, apesar de já não estar em execução, permitiu a concretização de um conjunto significativo de atividades distribuídas por sete ações, a saber:

**1) Escola de Oportunidades:** envolveu um conjunto de iniciativas decorridas nos Agrupamentos de Escola do concelho, de caráter preventivo, que permitiram a consciencialização e a mudança de atitudes de crianças, jovens e outros agentes da comunidade educativa, em geral no que concerne à violência de género e, em particular, no que responde à violência no namoro.

**2) Igualdade na Comunidade:** abrangeu um conjunto de iniciativas decorridas em contextos públicos e dirigidas à comunidade em geral, que permitiram colocar o tema da Igualdade de Género na ordem do dia;

**3) Seminários:** permitiu a organização de dois seminários com vista à apresentação do projeto, da discussão partilhada em torno dos desafios, fragilidades e potencialidades do território, assim como a apresentação dos resultados das intervenções do projeto e a sustentabilidade e projeção no futuro das respostas criadas pelo IGUALANDO no território (ex. GAVA);

**4) Workshops P'ra Contrariar:** realização de workshops temáticos, de experimentação de troca de papéis de género, associados a tarefas e/ou profissões tradicionalmente mais acessíveis e socialmente reconhecidas a homens e/ou mulheres;

**5) Gabinete de Apoio à Vítima e ao Agressor:** centro de atendimento a vítimas e agressores/as de violência doméstica;

**6) Sensibilizar para a Igualdade:** realização de ações de sensibilização sobre Igualdade de Género, Linguagem Inclusiva e Prevenção de Violência Doméstica, dirigida a técnicos/as e interventores/as em famílias;

**7) Rede Local de Intervenção para a Igualdade:** constituição de uma rede concelhia de agregação de parceiros que asseguram, nas suas mais diversas áreas, intervenção ao nível da igualdade de género e violência doméstica.

Apostar nos efeitos multiplicadores e na sustentabilidade do projeto foi, desde sempre, uma preocupação daí que, não obstante o cumprimento dos objetivos definidos em candidatura para cada ação, foram identificadas dinâmicas adicionais para as quais o Projeto contribuiu muito significativamente, de que são exemplo:

- a colaboração para a implementação de um Plano Municipal para a Igualdade de Género;
- a capacitação da TAIPA para trabalhar estes temas noutros projetos;
- o estabelecimento de uma parceria do Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais no encaminhamento de Agressores/as;
- o trabalho realizado com os/as alunos/as e docentes da Educação Pré-Escolar, 1º Ciclo do Ensino Básico e reclusas do Estabelecimento Prisional de Odemira, apesar de não serem públicos específicos do projeto;
- o trabalho com os grupos de teatro amador do Concelho de Odemira, na sensibilização para os temas e para a utilização da dramaturgia e interpretação dramatúrgica, como veículo de promoção da Igualdade de Género.

Em seguida, identificam-se os principais recursos locais, formais e estruturados que o território de Odemira mobiliza para promover a igualdade entre homens e mulheres e combater a violência doméstica e de género.

#### **a) Conselheiro/a Local para a Igualdade**

Reconhecendo a importância da promoção da Igualdade de Género como fator fundamental para o desenvolvimento local, a Câmara Municipal de Odemira procedeu, em 17 de outubro de 2013, à nomeação de uma pessoa de referência para as questões de género na Autarquia – a Conselheira Local para a Igualdade.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2010, de 25 de Maio, atribui a esta figura um papel central na eliminação

dos estereótipos de género e na promoção da cidadania através da elaboração e desenvolvimento de Planos Municipais para a Igualdade, em linha com a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, subscrita por diversos municípios portugueses e enquadrada nas atividades do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa. De acordo com o Quadro de Referência do Estatuto das Conselheiras e dos Conselheiros Locais para a Igualdade, são competências da Conselheiro/a:

- a) Acompanhar e dinamizar a execução das medidas de política local na perspetiva de género;
- b) Acompanhar e dinamizar a implementação das medidas previstas nas estratégias locais de promoção da igualdade e de prevenção da violência doméstica e outras formas de discriminação;
- c) Pronunciar-se, quando consultado/a, relativamente ao impacto de medidas de natureza administrativa, regulamentar ou outras que o município pretenda prosseguir nos domínios transversalizados da educação para a cidadania, da igualdade e não discriminação, da proteção da maternidade e da paternidade, da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar de homens e mulheres, do combate à violência doméstica e outras formas de discriminação;
- d) Apresentar propostas concretas de ação nos domínios referidos na alínea anterior;
- e) Divulgar informações sobre a igualdade de género, designadamente nos domínios da educação para a cidadania, da igualdade e não discriminação, da proteção da maternidade e da paternidade, da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar de homens e mulheres, e do combate à violência doméstica e outras formas de discriminação;
- f) Participar no fórum anual das conselheiras e dos conselheiros locais para a igualdade;
- g) Assegurar a cooperação do município com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

## **b) Gabinete de Apoio à Vítima e ao Agressor**

A 13 de Abril de 2012, a TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, oficializou a abertura do Gabinete de Apoio à Vítima e ao Agressor/a (GAVA) do Concelho de Odemira (instalações cedidas pelo Município de Odemira), enquanto uma das ações desenvolvidas pelo Projeto Igualando (financiado pela medida 7.3 do POPH/QREN/FSE, com gestão da CIG).

O GAVA nasceu da evidente necessidade de uma resposta especializada de proximidade na área da violência doméstica no Concelho de Odemira, dirigida a vítimas e a agressores/as. Esta evidência resultou da constatação dos seguintes princípios:

- a) A resposta mais próxima (NAV – Núcleo de Apoio a Vitimas) tem sede em Beja, aspeto que obrigava as vítimas do Concelho de Odemira a deslocarem-se cerca de 200km por cada atendimento;
- b) O NAV só intervém com vítimas;
- c) O Concelho de Odemira é, de acordo com dados do NIAVE (Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas da GNR), o mais expressivo na ocorrência de casos de Violência Doméstica do Distrito de Beja (dados de 2012, 2013, 2014 e 2015).

O GAVA assume-se como uma resposta inovadora e diferenciada da maioria dos serviços congéneres por se encontrar adequada às necessidades específicas do território de Odemira e funciona numa dinâmica de parceria que se tem revelado fulcral e necessária para o bom funcionamento do serviço que presta à comunidade, recebendo pedidos de apoio, avaliação e acompanhamento (especialmente psicológico) de entidades como a Guarda Nacional Republicana (GNR) e NIAVE, Instituto de Segurança Social, CPCJ de Odemira, estruturas da Saúde, Ministério Público e Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, entre outros.

A sua inovação decorre de permitir a intervenção com vítimas e com agressores, procurando estes últimos o serviço por iniciativa própria ou por encaminhamento da equipa da Direcção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral para a aplicação de programas de controlo da raiva/agressividade,

programas psicoeducativos e/ou programas de educação e responsabilização parental, frequentemente solicitados pelos tribunais como medida de coação ou sanção penal.

A constatação das falhas nas abordagens psicoterapêuticas tradicionais, individuais, de casal ou familiares; da ineficácia das estratégias meramente punitivas; da ineficácia em trabalhar apenas com mulheres vítimas, entre outros fatores, em muito contribuíram para uma mudança de paradigma, no que respeita à intervenção em violência doméstica, que assume que é necessário trabalhar mais diretamente a questão da atribuição da responsabilidade do agressor, parecendo-nos evidente que a intervenção psicológica com agressores contribui fortemente, não só para a proteção da vítima, mas para a prevenção da revitimação.

A diferenciação do GAVA decorre, não apenas do anteriormente exposto, mas também de assumir um modelo sistémico/ecológico, disponibilizando de forma gratuita, confidencial e segura, serviços de informação geral, apoio psicológico, apoio jurídico, apoio social, encaminhamento clínico e encaminhamento social.

Importa ainda referir que estes serviços dependem do momento específico do processo de apoio, sendo que o GAVA intervém:

- Em crise: assim que a vítima (e/ou descendentes) sofre as consequências do crime – na avaliação do risco, no apoio à elaboração emocional da experiência traumática; na determinação e aplicação de um plano de segurança; na articulação e encaminhamento para GNR ou Ministério Público (elaboração do auto de denúncia), Gabinete de Medicina Legal ou outras estruturas da saúde, estruturas de apoio social para suprir necessidades básicas urgentes e encaminhamento para equipamento casa-abrigo (quando não exista outra solução de acolhimento);
- De forma continuada: requer atendimentos presenciais e telefónicos regulares - na avaliação continuada do risco, no apoio e participação nos processos judiciais (queixa-crime; divórcio, RRP), elaboração emocional das consequências psicológicas da vitimação e integração de forma adaptativa das vivências negativas, no restabelecimento de laços relacionais e afetivos, na identificação e intervenção nas dinâmicas do casal ou familiares, no apoio à construção de um projeto de vida, entre outros.

O GAVA cumpre com o exigido pelo art.º 2.º da Lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro, na medida em que as três técnicas que exercem funções neste gabinete estão, para além das suas habilitações superiores em Psicologia e Direito, certificadas como técnicas de apoio à vítima (TAV).

A formação de técnicos da parceria é também para o GAVA um dos seus objetivos estratégicos regulares, na medida em que projeta para cada ano civil um plano de formação adequado às necessidades identificadas pela mesma.

Importa, referir por fim, que o GAVA é a entidade coordenadora da Rede Local de Intervenção para a Igualdade - RLII e integra a Rede de Intervenção em Violência Doméstica do Alentejo Litoral (RIVDAL).

Recentemente e por forma da assinatura Protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género, o trabalho do GAVA será alargado ao concelho de Aljezur e recebeu garantias de financiamento continuado e regular por parte da tutela e dos Municípios de Odemira e de Aljezur.

### **c) Rede Local de Intervenção para a Igualdade (RLII)**

O fenómeno da violência doméstica apresenta múltiplos desafios aos seus intervenientes diretos (vítimas e agressores/as) e aos observadores/as e interventores (técnicos). Na verdade, as necessidades de vítimas e agressores são multivariadas porque o fenómeno também é multideterminado e tem consequências múltiplas e, nessa medida, apesar do GAVA dispor de resposta técnica especializada no domínio da violência doméstica (apoio psicológico, jurídico, social e psicossocial), existem circunstâncias que exigem a intervenção de outras estruturas locais parceiras.

Estas estruturas encontram-se congregadas na Rede Local de Intervenção para a Igualdade no Concelho de Odemira (RLII), constituída inicialmente no âmbito do Projeto IGUALANDO, da qual fazem parte quarenta e uma entidades, distribuídas pelas áreas da segurança pública, educação, saúde, intervenção social, como é o caso de entidades como a GNR e o seu Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (N.I.A.V.E.), o Ministério Público, o Tribunal da Comarca de Odemira, o Centro Distrital da Segurança Social, em particular a equipa local

deste centro, a CPCJ de Odemira, o Centro de Saúde, com destaque para a Unidade de Cuidados na Comunidade, os Agrupamentos de Escola, as Juntas de Freguesia, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, entre outras.

#### **d) Rede Integrada de Resposta à Violência Doméstica no Alentejo Litoral (RIVDAL)**

A constituição da RIVDAL surge da comprovação de que implementar e consolidar estratégias locais concertadas e estruturadas é essencial não só ao combate à violência doméstica e à qualidade das respostas, como também à minimização do impacto do fenómeno e nesta medida o seu objetivo mais ambicioso é envolver todas as respostas especializadas e não especializadas em violência doméstica a intervir nos cinco concelhos do Alentejo Litoral e promover nelas uma atitude de permanente articulação/cooperação interinstitucional e de complementaridade pela potenciação dos recursos localmente disponíveis.

O GAVA é uma das duas únicas respostas de apoio especializado em Violência Doméstica da RIVDAL já que, dos cinco territórios envolvidos, apenas Odemira e Santiago do Cacém têm um serviço de apoio a vítimas e a agressores/as e constitui-se, por esta razão, num recurso de enorme importância não só para Odemira, mas também para o Alentejo Litoral.

Para além do G.A.V.A. e da sua estrutura congénere da Associação Intervir.com, destacamos o empenho dos Municípios desta linha costeira em assumirem os serviços, gabinetes, núcleos, já constituídos ou a constituir, como respostas fundamentais e o seu envolvimento na capacitação logística e financeira destas estruturas, através de compromisso formalmente constituído com a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade e os demais parceiros.

#### **f) Materiais divulgativos e informativos**

No âmbito do Plano Municipal para a Igualdade de Género do Concelho de Odemira e do Projeto Igualando estão disponíveis recursos produzidos através das atividades abaixo descritas:

- Concurso Literário sobre Igualdade de Género
- Comunicação em registo áudio e fotográfico, efetuados no âmbito do Seminário (Des)Igualdades (Irre)Conciliáveis, realizado em 25 de Outubro de 2013, em Odemira.
- Folheto explicativo do Plano Municipal para a Igualdade de Género de Odemira
- Publicações alusivas à Igualdade de Género, violência doméstica e Não discriminação, existentes na Biblioteca Municipal José Saramago, em Odemira.
- **Realização de três curtas-metragens sobre as seguintes temáticas:**
  - Violência Doméstica;
  - Violência no Namoro;
  - Violência no Idoso
- **Realização de dois spots publicitários sobre:**
  - Violência no Idoso;
  - Violência Doméstica.
- Publicação de "Ame esta ideia" coleção constituída pelas seguintes obras:
- "Igualando pelas palavras-Linguagem inclusiva" e "Violência Doméstica";
- Jogo "Dos Quantos Queres" sobre a Igualdade de Género e Violência Doméstica;

Os materiais anteriormente referidos estão disponíveis para utilização no Município de Odemira, na TAIPA e na CPCJ de Odemira.

1. ENQUADRAMENTO

O presente enquadramento tem por base o documento “Balanço Social do Município de Odemira 2015”, visto que o mesmo “fornece um conjunto de informações essenciais sobre a situação social do Município, pondo em evidência pontos fortes e pontos fracos da Gestão dos Recursos Humanos, o grau de eficiência dos investimentos sociais e os programas de ação que visam a realização profissional e pessoal dos trabalhadores/as, a sua identificação com a organização e a melhoria da sua própria vida.” O primeiro dado sobre o qual é importante refletir é o número de trabalhadores segundo o sexo. Neste âmbito, verifica-se uma acentuada discrepância entre o número de elementos do sexo feminino e masculino, como se pode ver no quadro (1.2).

MASCULINO	FEMININO	TOTAL
278	159	437
64%	36%	

Tabela 4 - Total de trabalhadores segundo o sexo

Numa análise mais específica, verificamos que quanto à representatividade desta discrepância, ela é mais significativa na categoria profissional “Assistente operacional”, como podemos ver no quadro.

Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional
H: 3	H: 21	H: 44	H: 193
M: 3	M: 35	M: 58	M: 62
T: 6	T: 56	T: 102	T: 255

Tabela 5 - Número de trabalhadores por categoria e por sexo

Relativamente às médias de antiguidade por género, constatamos que à exceção da categoria “Dirigente Intermédio”, em todos os outros grupos a média de antiguidade é maior relativamente ao sexo masculino, o que confirma as considerações deste documento ao referir que existe uma “supremacia de efetivos do sexo masculino com 64%, tendência que se vem manifestando, ao longo dos anos, sendo bastante decisiva na caracterização dos efetivos da Autarquia. É de registar nos últimos anos um crescimento dos valores do sexo feminino, em decréscimo dos valores apresentados pelos trabalhadores do sexo masculino, à exceção deste último ano que a tendência se mantém.”

MEDIDAS DE ANTIGUIDADE	SEXO	DIRIGENTE INTERMÉDIO	TÉCNICO SUPERIOR	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INFORMÁTICA	OUTROS GRUPOS	TOTAL
	M	13,67	13,10	18,61	17,88	15,33	14,91	17,42
	F	23,67	11,57	14,03	12,63	12,00		13,11
	T	18,67	12,14	16,01	16,60	14,86	14,91	15,85

Tabela 6 - Médias de antiguidade por género

No que concerne às habilitações dos/as trabalhadores/as, o quadro 4.1 e o gráfico 11 revelam-nos que, do 4º ao 10º ano de escolaridade, a maioria são homens e que a partir do 11º ano até ao nível mestrado, são as mulheres que têm uma qualificação mais elevada.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	TRABALHADORES		TOTAL	%
	MASCULINO	FEMININO		
< 4 ANOS	5	3	8	1,83
4ª CLASSE	93	18	111	25,40
6 ANOS	60	12	72	16,48
9 ANOS	38	21	59	13,50
11 ANOS	6	9	15	3,43
12 ANOS	46	54	100	22,88
BACHARELATO	3	3	6	1,37
LICENCIATURA	25	37	62	14,19
MESTRADO	2	2	4	0,92
TOTAL	278	159	437	100

Tabela 7 - Número de trabalhadores por nível de escolaridade, segundo o sexo

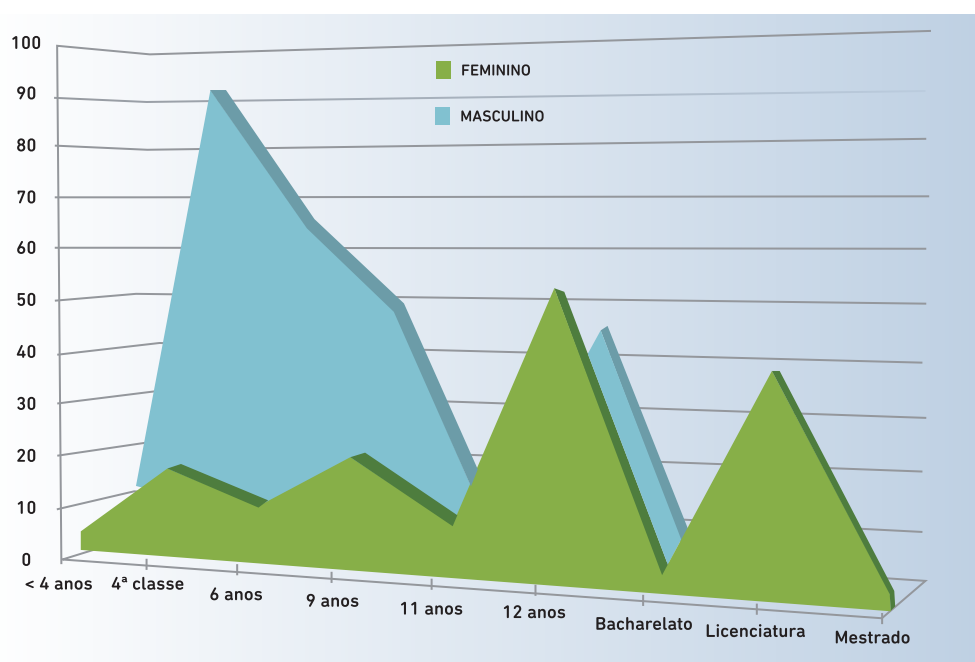


Figura 61 - Habilitações segundo o sexo

Por último, apresentamos o quadro 15, que revela a contagem das ausências de dias de trabalho durante o ano por cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género.

Neste quadro, podemos verificar que o segundo maior motivo de ausência é a Protecção na Parentalidade em que, não obstante dos homens estarem em maioria na autarquia e de serem as mulheres as primeiras a gozar da maternidade por motivos biológicos, é de louvar que mais de metade dos dias de protecção na parentalidade sejam usufruídos pelos homens, podendo aqui verificar-se uma tendência de progresso na co-responsabilidade dos homens na vida familiar.

Por outro lado, um motivo que também se destaca pela desigualdade de género é a assistência a familiares, em que são as mulheres que três vezes mais do que os homens se ausentam para poderem ser “cuidadoras” na família, como tradicionalmente costumam ser associadas e onde parece existir uma discrepância e/ou desigualdade de género nesta responsabilidade.

	DIRIGENTE INTERMÉDIO	TÉCNICO SUPERIOR	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INFORMÁTICA	OUTROS	TOTAL
Casamento	H: 0	H: 10	H: 0	H: 10	H: 0	H: 0	H: 20
	M: 0	M: 0	M: 22	M: 0	M: 0	M: 0	M: 22
	T: 0	T: 10	T: 22	T: 10	T: 0	T: 0	T: 42
Protecção na parentalidade	H: 0	H: 167	H: 73	H: 22	H: 21	H: 128	H: 411
	M: 0	M: 154	M: 137	M: 222	M: 0	M: 0	M: 513
	T: 0	T: 321	T: 210	T: 244	T: 21	T: 128	T: 924
Falecimento de familiar	H: 0	H: 9	H: 15	H: 61	H: 0	H: 0	H: 85
	M: 0	M: 9	M: 18	M: 34	M: 0	M: 0	M: 61
	T: 0	T: 18	T: 33	T: 95	T: 0	T: 0	T: 146
Doença	H: 0	H: 487	H: 118	H: 2831	H: 8	H: 114	H: 3558
	M: 1	M: 445	M: 264	M: 1022	M: 4	M: 0	M: 1736
	T: 1	T: 932	T: 382	T: 3851	T: 12	T: 114	T: 5294
Por acidente em serviço ou doença profissional	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0
Assistência a familiares	H: 0	H: 52	H: 46	H: 13	H: 6	H: 4	H: 121
	M: 0	M: 68	M: 238	M: 63	M: 3	M: 0	M: 372
	T: 0	T: 120	T: 284	T: 76	T: 9	T: 4	T: 493
Trabalhador-estudante	H: 0	H: 0	H: 40	H: 0	H: 0	H: 15	H: 55
	M: 0	M: 2	M: 29	M: 0	M: 0	M: 0	M: 31
	T: 0	T: 2	T: 69	T: 0	T: 0	T: 15	T: 86
Por conta do período de férias	H: 0	H: 29	H: 71	H: 53	H: 11	H: 14	H: 178
	M: 0	M: 41,5	M: 80	M: 21	M: 5	M: 0	M: 147,5
	T: 0	T: 70,5	T: 151	T: 74	T: 16	T: 14	T: 325,5
Com perda de vencimento	H: 0	H: 8	H: 0	H: 24	H: 0	H: 0	H: 32
	M: 0	M: 5	M: 3	M: 10	M: 0	M: 0	M: 18
	T: 0	T: 13	T: 3	T: 34	T: 0	T: 0	T: 50
Cumprimento de pena disciplinar	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0
Greve	H: 0	H: 6	H: 48	H: 149	H: 10	H: 11	H: 224
	M: 0	M: 18	M: 37	M: 30	M: 1	M: 0	M: 86
	T: 0	T: 24	T: 85	T: 179	T: 11	T: 11	T: 310

Injustificadas	H:	0	H:	0	H:	0	H:	3	H:	0	H:	0	H:	3
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	3	T:	0	T:	0	T:	3
Outros	H:	0	H:	21	H:	29	H:	33	H:	2	H:	4	H:	89
	M:	0	M:	10	M:	27	M:	15	M:	1	M:	0	M:	53
	T:	0	T:	31	T:	56	T:	48	T:	3	T:	4	T:	142
Total	H:	0	H:	789	H:	440	H:	3199	H:	58	H:	290	H:	4776
	M:	1	M:	752,5	M:	855	M:	1417	M:	14	M:	0	M:	3039,5
	T:	1	T:	1541,5	T:	1295	T:	4616	T:	72	T:	290	T:	7815,5

**Tabela 8 - Contagem dos dias de ausência ao trabalho durante o ano por cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género**

## 1.2 NECESSIDADES E CONSTRANGIMENTOS

Da análise ao documento “Balanço Social de 2013” os dados são reveladores das diferenças de género, merecendo algumas considerações, no entanto, aconselha-se que no decurso de todo o documento sejam analisadas as perspetivas de género com maior enfoque e que as considerações finais dos próximos Balanços possam integrar também uma análise em função de género para que a autarquia analise as desigualdades e possa investir numa estratégia de mainstreaming de género.

De facto, o PMIGO deve potenciar uma discussão política interna sobre a adoção de medidas que contribuam para o mainstreaming de género, sendo que o mesmo “consiste na (re) organização, melhoria, desenvolvimento e avaliação dos processos de tomada de decisão, para que a perspetiva da igualdade de género seja incorporada em todas as políticas, a todos os níveis e em todas as fases, pelos atores geralmente implicados na decisão política.” (Definição do Conselho da Europa)

Relativamente à formação dos recursos humanos, é importante que se proponha um plano de formação interno para suprir as necessidades de conhecimento dos/as funcionários/as também nesta área.

No que concerne à missão e exercício do cargo da Conselheira Local para a Igualdade é importante que disponha de disponibilidade horária para o desempenho de uma efetiva coordenação das estratégias de igualdade de género contidas neste PMIGO.

## 1.3 RECURSOS EXISTENTES E POTENCIALIDADES

O Município de Odemira, já deu início a um caminho pela Igualdade de Género na autarquia e no concelho, pelo que importa elencar esses recursos e potencializar a sua intervenção, designadamente:

- Designação da Conselheira Local para a Igualdade, em 2010.
- Promoção da conciliação da vida familiar e profissional com a implementação de um conjunto de medidas dirigidas às famílias, como o desenvolvimento de atividades de ocupação de tempos livres, em períodos de férias escolares ou pausas letivas, em parceria com Associações Locais.
- Proximidade com a CPCJ enquanto entidade que acolhe aquela estrutura local de defesa dos direitos das crianças.



- Alteração do horário da Biblioteca Municipal José Saramago, de forma a permitir a sua abertura em todos os dias úteis da semana, no período em que as crianças e jovens se encontram em pausas letivas.
- Existência de serviços municipais como o Banco Local de Voluntariado e a Unidade Móvel de Saúde que, em articulação com as entidades parceiras, percorre o concelho constituindo-se como um apoio de particular importância, sobretudo para a população isolada.
- Organização de atividades de ocupação de tempos livres (viagens e visitas), em que participam as famílias dos trabalhadores.
- Ações de sensibilização em dias temáticos, com edição de materiais informativos e/ou outros dirigidos ao público-alvo.
- Orçamento Participativo – que constitui um instrumento aberto, participativo e inovador a que a agenda para a igualdade e combate à discriminação se pode associar, incitando à presença e tomada de posições de homens e mulheres, em fóruns informais, de que é exemplo a Assembleia Participativa.
- Realização anual do Concurso Literário sobre a problemática da igualdade de género, em prosa e texto, e que, anualmente, reconhece os melhores trabalhos a concurso e os recompensa com um prémio pecuniário.
- Parceria com a TALPA que permite a continuidade do GAVA no Concelho de Odemira, desde 2012.
- Protocolo de parceria assinado com a Rede Integrada de Resposta à Violência Doméstica no Alentejo Litoral (RIVDAL), que permite fazer uma análise das respostas existentes e potenciar as respostas. Analisa e procura soluções de articulação entre os serviços de forma a melhorar as respostas existentes.

### 1.1 VISÃO

Eliminar a discriminação e violência de género no concelho de Odemira.

### 1.2 OBJETIVO GERAL

Promover a Igualdade entre mulheres e homens e contribuir para a eliminação da discriminação, violência de género e violência doméstica no concelho de Odemira.

### 1.3 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Implementar a nível local as estratégias nacionais e políticas públicas promotoras da igualdade de género.
- Incorporar na definição das políticas locais a dimensão da igualdade de género, concorrendo para a construção de uma sociedade mais pluralista, participativa e igualitária.
- Assegurar a transversalidade da temática em todos os serviços municipais.
- Estimular a definição de uma cultura organizacional que reforce os valores da igualdade de género, da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar e a implementação de linguagem inclusiva, integrando-os nos seus planos e estratégias.

### 1.4 ESTRATÉGIA

A estratégia do Plano Municipal para a Igualdade de Género no concelho de Odemira, passa por estimular uma cultura organizacional e uma ação intencional e integrada de diversos parceiros locais, promovendo uma dupla ação – interna (no Município de Odemira) e externa (no território), pelos valores da igualdade de género e de combate à violência doméstica, em quatro dimensões metodológicas:

- Planeamento estratégico das intenções de ação
- Comprometimento dos técnicos/as e decisores/as representados/as pelas entidades da RLII
- Aposta no marketing e a comunicação
- Envolvência com e para a comunidade

PROMOTOR	MEDIDA	DESCRIÇÃO	PÚBLICO ESTRATÉGICO	PARCEIROS ENVOLVIDOS	CALENDARIZAÇÃO
Município de Odemira /Conselheiro/a Local para a Igualdade)	Ações de formação em Igualdade de Género sobre Linguagem Inclusiva e Conciliação da Vida Profissional e Familiar	Ações devem ser dirigidas a dirigentes e colaboradores do município (Autarcas, Gabinetes de Apoio, Assembleia Municipal, Chefes Divisão, Técnicos/as Superiores, Assistentes Técnicos e Operacionais da Câmara Municipal e Freguesias).	Recursos Humanos do Município de Odemira	Entidade Formadora	Anualmente
	Revisão dos suportes oficiais, informativos e divulgativos	Pretende-se assegurar a adoção de uma política comunicacional não-discriminatória em função do género e promotora da igualdade.  i) Efetuar uma revisão das ferramentas de promoção e divulgação, dos documentos enviados aos munícipes como por exemplo ofícios, declarações, faturas, recibos e ainda aos regulamentos das atividades sociais, culturais e desportivas com vista à adoção de uma linguagem inclusiva e eliminação de situações de discriminação de género.  ii) Disponibilizar no site municipal, informação relativa ao Plano Municipal e ações a decorrer no âmbito da sua implementação.	População em geral	Serviços Municipais (DGI/ SCI)	2016-2020
	Divulgação das Curtas Metragens e Spots Publicitários Produzidos no âmbito do PMIGO	Criação de um Kit pela Igualdade e Não Violência que será disseminado pela comunidade e por todos os parceiros, permitindo que diversas entidades possam utilizar este recurso na sensibilização dos seus públicos-alvo.		Escolas, IPSS	2016-2020
	Concurso Literário	Continuar a promover o Concurso Literário sob o tema da Igualdade de Género (prosa e poesia), com divulgação nacional e atribuição de prémio pecuniário a atribuir no Dia Municipal para a Igualdade		Município	
Acompanhamento, dinamização e implementação das políticas locais para a cidadania e igualdade de género	Art. 3º do Quadro de Referência dos/as Conselheiros/as Locais para a Igualdade	Município de Odemira e RLII			
Conselheiro/a Local para a Igualdade)	Participação no Fórum Anual dos/as Conselheiros/as Locais para a Igualdade	Favorecer a troca de experiências e partilha de recursos entre os nomeados/as a nível nacional	Conselheiro/a Local para a Igualdade	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)	

PROMOTOR	MEDIDA	DESCRIÇÃO	PÚBLICO ESTRATÉGICO	PARCEIROS ENVOLVIDOS	CALENDARIZAÇÃO
Município de Odemira /Conselheiro/a Local para a Igualdade)/RLII	Centro de Recursos em Igualdade de Género e Violência de Género e Tráfico de Seres Humanos	Prever a criação de um espaço específico na Biblioteca Municipal José Saramago- Odemira -, reunindo os recursos (nos variados suportes) existentes na biblioteca que se encontram dispersam pelas várias seções e a criação de maletas pedagógicas a disponibilizar a públicos específicos.	Comunidade em geral Públicos estratégicos específicos (educadores/as, professores/as, assistentes sociais, profissionais da saúde e/ou profissionais da formação profissional		
	Dia Municipal para a Igualdade (24 de Outubro)	Celebrar anualmente o Dia Municipal para a Igualdade, com a promoção de iniciativas de sensibilização junto da comunidade. Este dia poderá ser assinalado com um variado leque de Iniciativas. Ex: Caminhadas; Ações de Sensibilização; Debates; Seminários, Assembleias Locais Temáticas; Campanhas Publicitárias; entre outras.	População em geral Técnico/as que trabalham a temática	Município, Empresas, Agentes Locais, Agrupamentos de Escolas	2016-2020
RLII	Gabinete de Apoio à Vítima e ao Agressor/a	Apoiar o Gabinete de Apoio à Vítima e ao Agressor/a, enquanto resposta de primeira linha no encaminhamento e atendimento a vítimas e agressores/as de violência doméstica no Concelho de Odemira.	População em geral	Signatários do Protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género	2016-2020
	Potenciação da Rede Local de Intervenção para a Igualdade	Dinamização da Rede Local de Intervenção para a Igualdade (RLII), enquanto estrutura de articulação de estratégias, atividades e através da corresponsabilidade de parceiros na promoção da igualdade de género e no combate à violência doméstica junto dos seus públicos-alvo e comunidades. A articulação de atividades, candidaturas a projetos financiados e o encaminhamento de situações de desigualdade, discriminação e violência de género devem ter uma especial consideração da RLII.	Decisores/as políticos, Técnicos/as responsáveis por entidades e respostas População em Geral	RLII	Realização de reuniões bianuais

PROMOTOR	MEDIDA	DESCRIÇÃO	PÚBLICO ESTRATÉGICO	PARCEIROS ENVOLVIDOS	CALENDARIZAÇÃO
RLII	Realização de Seminários	Organizar momentos de reflexão promovendo a partilha e a discussão de experiências por especialistas, em temáticas relacionadas com o tema central, concretizando-se num momento chave de aprendizagem e pensamento de quais as estratégias a adotar no Município e território.	Decisores/as políticos, Técnicos/as responsáveis por entidades e respostas População em Geral	RLII	2016-2020
	Garantir a execução e a avaliação do PMIGO	Realização de reunião de avaliação e elaboração de relatório, dado a conhecer à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Conselho Local para a Igualdade de Género			Anualmente
	Formação de Públicos Estratégicos: Igualdade nas Empresas	Desenvolvimento de ações de formação/sensibilização que favoreçam a conciliação da vida pessoal, familiar e Profissional e igualdade de oportunidades em contexto laboral	População ativa	Empresas CIG	2016-2020
	Formação de Públicos Estratégicos: Igualdade nas Escolas	Atividades a desenvolver no âmbito dos Planos Anuais de Atividades dos Agrupamentos de Escolas/Escolas Não Agrupadas do concelho		Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas GAVA	
	Formação de Outros Públicos Estratégicos	Desenvolvimento de ações de formação.		CIG RIVALDAL	

## 1.6 AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

O Plano Municipal para a Igualdade de Género no Concelho de Odemira será alvo de uma avaliação anual, onde se possa ajuizar de forma rigorosa, lógica e coerente o cumprimento das medidas delineadas em resposta à estratégia desenhada para dar resposta aos problemas identificados.

Serão aplicados como instrumentos de avaliação, as reuniões de avaliação e relatórios. A estratégia passa pela implementação de procedimentos on-going e ex-post.

Procedimentos a adotar são, :

- A nível interno do Município, o projeto será avaliado em reuniões de equipa e elaborado relatório anual a submeter ao conhecimento da Camara Municipal.
- A avaliação geral do projeto com a Rede Local de Intervenção para a Igualdade, de forma a aferir se o projeto responde às necessidades do território e instituições;
- Elaboraões de Relatórios Anuais, deixando nas considerações finais uma análise global à implementação de todo o processo de intervenção e a apresentar em sede de RLII e de Conselho Local de Ação Social.

## BIBLIOGRAFIA

Balanço Social 2015, Câmara Municipal de Odemira, 2014,

Plano Municipal para a Igualdade 2011/2013, Câmara Municipal de Oeiras

Do Diagnóstico ao Plano Municipal para a Igualdade de Género do Seixal, Câmara Municipal do Seixal

Igualdade de Género em Portugal 2012, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013

Guia para o combate à discriminação nos Municípios, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010

Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2011-2020), Conselho Europeu, 2011

Guião para a Implementação de Planos de Igualdade na Administração Pública Local, ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2008

V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014-2017, Resolução de Conselho de Ministros nº 106/2013, de 31 de dezembro

Quadro de Referência do Estatuto das Conselheiras e dos Conselheiros Locais para a Igualdade de Género, Resolução do conselho de Ministros nº 39/2010, de 25 de Maio

## WEBGRAFIA

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima <http://apav.pt/>

CENSOS 2011 <http://censos.ine.pt>

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género <http://www.cig.gov.pt/>

Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego <http://www.cite.gov.pt/>

European Institute for Gender Equality (EIGE)

<http://eige.europa.eu/content/activities/gender-equality-index>

Instituto Nacional de Estatística – Dossier de Género

[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_perfgenero](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_perfgenero)

PORDATA - Base de Dados Portugal Contemporâneo

<http://www.pordata.pt/>

Portal para a Igualdade <http://www.igualdade.gov.pt/>

Odemira

MUNICÍPIO